



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

CEF 14 DE CEILÂNDIA

Educação e a construção da cidadania

(2024-2028)

Ceilândia /DF

2024

Comissão Organizadora:

Representante	Nome
Equipe Gestora	Klelie Ligianne do Nascimento Alves. Tallyson Heron Silva Brito Judite Rodrigues Silva
Docentes	Susana, Maiara, Camila, Vadimir, Leonardo, Márcio, Débora, Priscilla, Viviane, Ana Cláudia, Isabela, Maisa.
Coordenadores	Euclides Moreira de Sousa Marcio Paulino Fernandes
Carreira Assistência	Antenor Campos Braga Júnior Eva Maria Alves. Ellen Luize Neris
Comunidade Escolar (Pais/Mães/Responsável/eis)	Alessandra Rodrigues de Carvalho. Admar Rodrigues dos Santos
Atendimento Educacional Especializado	Carlos Alberto Ferreira dos Santos.
Orientação Educacional	Dalva Izidia Gomes Vieira. William Resende de Faria.

Conselho Escolar:

Segmento	Representante
Pais:	Silvana Braga da Silva Getúlio Lustosa Alves

Professores	Débora Cristina Rocha Vanessa Santos Cavalcante Camila Pereira Silva
Assistência	Não teve participantes
Estudante	João Pedro da Rocha Silva Nicolas Kalleb Pereira

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

(GADOTTI, 1994, p. 579)

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO	8
1.1	Dados da Mantenedora	8
1.2	Dados da Instituição	8
2	APRESENTAÇÃO	9
3	BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA	10
3.1	Constituição Histórica e Atos de Regulação da Instituição Educacional.....	13
3.2	Caracterização Física	14
4	DIAGNÓSTICO DA REALIDADE	18
4.1	Contextualização.....	18
4.2	Perfil dos Profissionais da Educação	20
4.3	Perfil dos Estudantes e da Comunidade Escolar	21
4.4	Gráficos Referentes ao Levantamento Feito Com os Estudantes	22
4.4.1	Participação na vida econômica da família	22
4.4.2	Meios de comunicação utilizado para manter-se informado	22
4.4.3	Sabe da importância do Projeto Político Pedagógico.....	23
4.4.4	Conhece os membros do conselho escolar.....	23
4.4.5	Como avalia o Ensino ofertado na escola	23
4.4.6	Como avalia a Direção da escola	24
4.4.7	Como avalia lanche da escola.....	24
4.4.8	Como avalia a limpeza da escola	24
4.4.9	Como avalia o Intervalo	25
4.4.10	Como avalia as aulas	25
4.4.11	Como avalia os espaços de convivência da escola	25
4.5	Perfil da Comunidade Escolar (Pais e Responsáveis)	25
4.6	Informações da Secretaria.....	26
4.7	Equipe Gestora.....	26
4.8	Conselho Escolar	26
4.9	Coordenação Pedagógica.....	27
4.10	Caixa Escolar	27
5	MISSÃO, VISÃO E VALORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	27
6	FUNÇÃO SOCIAL E MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR	28
7	PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS	29
8	OBJETIVOS E METAS DA UNIDADE ESCOLAR.....	30

8.1	Objetivo geral.....	30
8.2	Objetivo Específico	30
9	FUNDAMENTOS TEÓRICO E METODOLÓGICOS NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA.....	31
9.1	Educação Integral	32
9.2	Educação Inclusiva	33
9.3	Currículo Integrado	34
9.4	Códigos da Modernidade	Erro! Indicador não definido.
9.5	Novas Competências Para Ensinar.....	Erro! Indicador não definido.
9.6	Princípio da Unicidade Entre Teoria e Prática	36
9.7	Princípio da Interdisciplinaridade e da Contextualização.....	36
9.8	Princípio da Flexibilização	37
9.9	Avaliação Formativa	37
10	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR.....	38
11	INDICADORES DE DESEMPENHO ESCOLAR	40
11.1.1	Matrículas: 2017/2024	40
11.2	Rendimento Escolar – 2020/2023.....	42
11.3	Indicadores Externos	42
12	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR.....	43
12.1	Direitos Humanos, Educação Inclusiva e Diversidade.....	45
12.2	Relação escola e Comunidade	45
13	REDE DE APOIO: PAPÉIS E ATUAÇÃO	46
13.1	AEE – Atendimento Educacional Especializado	46
14	ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	47
15	EQUIPE ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM.....	48
15.1	Atuação dos/as Educadores/as Sociais Voluntários/as, Educadores/as Comunitários/as, Monitores/as, Entre Outros.....	49
15.2	Metodologias de Ensino Adotadas	49
15.3	Plano de Ação da Coordenação Pedagógica.....	49
15.4	Plano para Recomposição das Aprendizagens	50
15.5	Estratégias de Valorização e Formação Continuada dos Profissionais de Educação.....	51
15.6	Plano de Permanência e Êxito Escolar dos Estudantes.....	51
15.7	Uniforme, Regimento interno e Regimento Disciplinar.....	52
15.7.1	Orientações e informações aos estudantes.....	52
15.7.2	Horários de início e término de cada turno de aulas.....	52

15.7.3	11.8.3 Horário de atendimento da secretaria	52
15.7.4	Uniforme.....	52
15.7.5	Direitos do estudante	52
15.7.6	Deveres dos alunos	53
15.7.7	É vetado ao estudante	54
15.7.8	Medidas educativas/ disciplinares	54
15.7.9	Danos ao patrimônio.....	55
16	AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DA APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	55
16.1	Prática Avaliativa: Procedimentos, Instrumentos e Critérios de Aprovação.....	55
16.2	Avaliação para as Aprendizagens.....	56
16.3	Recuperação Continuada.....	59
16.4	Conselho de Classe	59
17	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	60
18	PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO P.P.P.....	63
18.1	Gestão Pedagógica	63
18.2	Gestão dos Resultados Educacionais	64
18.3	Gestão Participativa	65
18.4	Gestão de Pessoas.....	66
18.5	Gestão Financeira	67
18.6	Gestão Administrativa	67
19	PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	68
20	PLANO DE AÇÃO ESPECÍFICO DA UNIDADE ESCOLAR	68
20.1	Coordenação Pedagógica	68
20.2	Conselho escolar.....	69
20.3	Serviços Especializados	69
20.4	Biblioteca	71
21	PROJETOS ESPECÍFICOS E INTERDISCIPLINARES.....	72
21.1	Festa das Regiões	72
21.2	Jogos Interclasse	72
21.3	Projeto Caixa Histórica.....	73
21.4	Consciência Negra	74
21.5	Secador Solar	74
21.6	Programa Saúde na Escola	75
21.7	Projeto Interativo	76

21.8	Projeto OBMEP.....	77
21.9	Rádio Escolar CEF 14 Ceilândia.....	77
21.10	Educação Financeira.....	78
21.11	Projeto Sonhar.....	79
21.12	Projeto Intervalo Dirigido.....	80
21.13	Projeto Suspense Literário.....	80
21.14	Projeto Ilíada Podcasts.....	81
21.15	Projeto Itinerário de Vida.....	82
21.16	Projeto de Iniciação Teatral.....	82
22	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	83
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
	APÊNDICE	86

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados da Mantenedora

Mantenedora: SEE-DF
CGC 00.394.679/0001-07
Endereço: SCN Q 6 Shopping ID – Setor Comercial Norte, Edifício Venâncio 3000 - Brasília - DF, 70297-400
Telefone/Fax/e-mail: (61) 3901-3185
Data de Fundação 1ª escola: EC JK Candangolândia em 12/09/57
Fusão FEDF/SEE: 13/07/2000
Secretária de Educação em 2024: Hέλvia Miridan Paranaguá Fraga

1.2 Dados da Instituição

Nome da Instituição Escolar	Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia
Código da IE	56068122
Endereço completo	St. P. Eqnp 28/32 - Ceilândia, Brasília
CEP	72235-560
Telefone	33781261
E-mail	Cef14@creceilandia.com
Data de criação da IE	10/03/1980
Turno de funcionamento	Matutino e vespertino
Nível de ensino ofertado	Educação Básica
Etapas e modalidades	Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais

2 APRESENTAÇÃO

Este Projeto Político Pedagógico fundamenta-se na preparação do estudante, inserindo-o no contexto social, como um agente de transformação, vivenciando a crítica, a responsabilidade, a reflexão, a autonomia, a criatividade e o respeito de ser, tornando-o com isso, apto ao exercício da cidadania.

O Projeto Político Pedagógico é o documento que norteia, valida e legitima as mudanças e inovações necessárias. Nesse sentido assume fundamental importância o seu processo de elaboração, sobretudo como resultado de um trabalho coletivo, com a participação efetiva de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar. Para a elaboração desse Projeto Político Pedagógico, somam-se ainda os documentos que embasam as exigências da legislação, cujo referencial encontra-se nos pareceres e instruções que complementam ou normatiza a LDB, quer sejam através do Conselho de Educação ou da Secretaria de Educação.

As coordenações coletivas foram espaços privilegiados para a participação dos professores. Em sala de aula, de forma presencial, foram criados espaços para que os estudantes se manifestassem sobre o documento. Os pais e responsáveis também participaram respondendo ao instrumento de pesquisa (questionário).

A primeira parte é composta pelo perfil da instituição: missão, um breve histórico da escola e um mapeamento com informações importantes sobre os profissionais que nela atuam, os estudantes e comunidade escolar, além de uma descrição da infraestrutura e espaços escolares. Também foi realizada uma análise dos indicadores internos e externos das aprendizagens com os dados apresentados no momento.

A Função Social da Escola e as Concepções Teóricas/Princípios Orientadores das Práticas Pedagógicas estão contempladas nas Partes II e III.

Na parte IV foram elencados os Objetivos e Estratégias de Ação da gestão, subdivididos em três grupos: pedagógica, gestão participativa e de pessoas e administrativa/financeira.

A Organização do Trabalho Pedagógico da Escola é descrita na quinta parte, seguida da explicitação sobre as Práticas e Estratégias de Avaliação adotadas nesta Unidade de Ensino.

Por fim, descreve-se a periodicidade, os procedimentos e de que maneira serão realizados os registros de avaliação deste Projeto Político Pedagógico: um documento aberto a críticas, mudanças, reformulações, em permanente construção.

3 BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA

Aos dez dias do mês de março de 1980 foi registrada a ata de abertura do ano letivo como Escola Classe 51 de Ceilândia, com mil trezentos e sessenta e cinco alunos matriculados. Continuou como Escola Classe até o ano de 1992, atendendo alunos tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental I e II. A partir dessa data passa a se chamar Centro de Ensino de 1º grau, continuando assim até o ano de 2000, quando passa a ser denominado Centro de Ensino Fundamental 14, de Ceilândia, atendendo somente a modalidade de Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano. Com base nos registros de Ata, constatou-se que esta escola funcionava também no turno noturno entre os anos de 1986 e 2001. Durante a década de 1980, o Setor P Sul se destacou, infelizmente, pelo baixo padrão socioeconômico da sua população e, conseqüentemente, pela violência – estupros, furtos, roubos, latrocínios e homicídios.

A combinação entre o perfil de baixa renda e inatividade econômica por parte de grande parcela da comunidade / moradores do entorno do CEF 14 faz com que o ambiente de violência e a insegurança das residências, nas ruas e quadras passassem a repercutir dentro da escola. Tal fenômeno negativo foi superdimensionado quando ganhou as páginas policiais e programas radiofônicos. O setor P Sul foi então apelidado, pejorativamente, pelo então jornalista investigativo Mario Eugenio, de Caldeirão do Diabo, o que contribuiu para aprofundar a imagem negativa do setor.

A escola pode ser também um reflexo da sociedade. No CEF 14 não seria diferente. As quadras 26, 28, 32 e 36 formavam o quadrilátero em torno de nossa escola, das quais originaram a comunidade discente. Merece “especial” destaque as quadras 26 e 28 pela proximidade e pelo quantitativo de alunos, mas também pela coincidência por ter sido palco da formação das piores gangues do Setor P Sul com destaque para a famosa “Gangue dos Nasas”.

Posteriormente, onde hoje são as quadras 22 e 24, surgiu uma invasão chamada Vila do Papelão. Alunos provenientes desta região sofriam com enormes preconceitos. Como consequência, já na década de 1990, essa região passou a ser a origem principal de alunos violentos dentro do CEF 14. A escola contava na época com três turnos (matutino, vespertino e noturno). Episódios como tiros no portão da escola, flagrantes de armas de fogo dentro da sala de aula, brigas violentas entre alunos de gangues diferentes e muitas vezes por disputa do ponto

de venda de drogas dentro da escola eram comuns.

Merece destaque, em 1997, a realização de uma “Marcha contra a violência” organizada pelos diretores de escolas do Setor P Sul com o apoio e adesão das demais escolas de Ceilândia. Essa marcha conduziu professores, pais e estudantes em longa caminhada até à Administração de Ceilândia e à 15ª Delegacia. Com o surgimento do Batalhão Escolar e um choque de gestão do CEF 14 com uma administração disciplinar mais contundente dentro da escola, entre 1996 e 1999, tivemos uma especial redução da indisciplina e da violência.

O CEF 14 escreveu uma página com aspectos extremamente positivos. De 1990 a 1997 a escola ganhou destaque no exame de admissão para a Escola Normal de Ceilândia, como os estudantes da 8ª série (hoje 9º anos), atingindo o maior número de aprovados entre os CEF's de Ceilândia. Destaca-se também o Projeto Interdisciplinar de Leitura e Produção de Textos, em que, pela primeira vez, a escola foi mobilizada, na época, para diagnosticar e traçar o perfil de toda a comunidade escolar, em especial o segmento de pais e estudantes. Foi traçado também, o perfil, a tipologia e as características completas (como recursos materiais e humanos) da estrutura do CEF 14. O resultado foi surpreendente, pois foi possível conhecer verdadeiramente a realidade, o perfil social, econômico e cultural das famílias do segmento pais e estudantes da escola.

Nesse mesmo período foi realizado um Censo Escolar Comunitário em parceria entre a escola e o CEPAFRE (Centro de Educação de Adultos, Paulo Freire) em todas as quadras que forneciam alunos para a escola. O levantamento de jovens e adultos não alfabetizados foi encaminhado ao CEPAFRE, e muitos destes recenseados foram matriculados e alfabetizados num programa especial do próprio CEPAFRE.

Após 1997, diversas gestões, dentre eleitas e indicadas, trabalharam no CEF 14. De 2017 a 2019, por meio de processo eleitoral, a chapa “Outro CEF 14 é Possível” assumiu a gestão para um mandato de três anos, desenvolvendo diversas estratégias objetivando melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

Em janeiro de 2020, após processo eleitoral, a nova equipe gestora, em conjunto com o corpo docente e discente, os funcionários, bem como a família, assumiu acreditando que uma escola de qualidade deve ser acessível, prazerosa, humana e crítica. Deve favorecer a participação efetiva de todos os segmentos e incentivar a conscientização e o envolvimento dos cidadãos na construção da sociedade que desejamos, assumindo suas responsabilidades na construção de um Projeto Político Pedagógico que expresse essa identidade.

Para que essa construção seja satisfatória, não cabe uma postura centralizadora da

equipe gestora. As ações participativas na escola deverão ultrapassar o discurso e se tornar realidade, dando espaço para a comunidade escolar opinar e fazer parte do trabalho realizado. Descentralizar o poder é fundamental para o sucesso da construção do Projeto Político Pedagógico.

Acredita-se que uma escola transformadora necessita considerar a atuação do educando na sociedade globalizada. Tal construção só será possível com um planejamento voltado para a participação de todos os envolvidos no processo educacional. A escola tem esse papel social importante, e manter os direitos fundamentais de cidadania é garantir a formação do cidadão consciente, crítico e responsável.

A escola não pode negligenciar a reflexão sobre seu propósito educativo. Para que haja essa ação reflexiva, como aponta Costa (2011), há uma necessidade de um instrumento norteador que execute as ações educativas da unidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico retrata, de fato, a concepção de educação, a sua relação com a comunidade em que a escola está inserida e a formação do indivíduo para sua contribuição como cidadão. Ele não é um documento pronto e acabado, mas um processo que se aprimora na caminhada, com o intuito de definir qual tipo de ação educativa é realizada e qual se deseja alcançar.

Verifica-se a necessidade de reflexão sobre nossa ação pedagógica e, a partir de então, ressignificarem nossa prática diária. Este Projeto Político Pedagógico é fruto de um trabalho de discussões, resolução de conflitos, tomada de decisões coletivas e união de forças para a construção de um espaço escolar voltado para a formação global de nossos estudantes.

Propomos uma reorganização em todos os setores da Unidade Escolar buscando a capacitação constante de todos os servidores e sua valorização como profissional e cidadão, com o aproveitamento máximo do tempo e do espaço de que dispomos, dando autonomia para cada setor.

Ressalta-se ainda que a gestão administrativa e financeira do CEF 14 prevê a participação coletiva e transparência na aplicação dos recursos do PDDE e PDAF.

O Projeto Político Pedagógico tem como principal meta aperfeiçoar a prática atual. Por isso, assumimos o compromisso de investirmos no eixo reflexão – ação – avaliação/reflexão – ação e os momentos de coordenação pedagógica, reuniões de pais e avaliações institucionais são nossos aliados para o alcance desta meta principal.

Não obstante, tem-se a percepção de que o CEF 14 precisa ampliar a participação da

comunidade escolar e ainda, de que os avanços serão lentos, por não haver o suporte necessário, para que os problemas diagnosticados sejam efetivamente solucionados.

A Equipe Gestora do CEF 14 está em constantes buscas por parceiros, para poder proporcionar a essa população um pouco de dignidade e serviços gratuitos para atender nossa comunidade escolar, pois sabemos que a comunidade espera que a escola seja a semente que brotará e trará para as pessoas que ali vivem uma qualidade de vida melhor e a certeza de um futuro mais promissor aos nossos estudantes.

3.1 Constituição Histórica e Atos de Regulação da Instituição Educacional

O Centro de Ensino Fundamental 14 inicialmente foi criado com o objetivo de atender os estudantes do Ensino Fundamental das séries iniciais, residentes no recém inaugurado setor P SUL (1971) com a denominação de Escola Classe 51 em 10/03/1980. Atualmente a escola funciona atendendo os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais.

O CEF 14 atende estudantes moradores do Setor P. Sul, Sol Nascente e Pôr do Sol, numa média de 825 estudantes, em região considerada de periferia. A escola foi a primeira da Ceilândia a implantar a organização em ciclos.

A equipe gestora é composta por diretora, vice-diretor, supervisora pedagógica, supervisora administrativa e chefe de secretaria. Tem a atuação de dois coordenadores pedagógicos e um coordenador intermediário da regional de ensino de Ceilândia. A escola conta com a atuação de uma sala de recursos generalista para atendimento dos alunos ANEES, dois orientadores educacionais. Atualmente estamos sem pedagogo da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem.

O CEF 14 de Ceilândia apresenta grande necessidade de ações voltadas à prevenção e combate à violência escolar, devido às frequentes ocorrências dentro da instituição. Há também casos de uso e tráfico de entorpecentes nos arredores da escola. Está localizada em uma região de grande vulnerabilidade social e com grande número de estudantes com defasagem idade/série. No ensino presencial os profissionais da escola buscam realizar projetos integradores que visam ampliar a participação dos estudantes no ambiente escolar, como: farmácia viva (cultivo de plantas medicinais), projeto de teatro, projeto de artesanato, horta, secador solar, grupos de muay thai. Estes projetos são realizados na escola em horário contrário da aula e ministrados por professores e colaboradores da instituição.

A direção da escola tem buscado parcerias junto a outras instituições para garantir um ambiente mais agradável, visto que devido a problemas de gestões anteriores a escola não recebe

verba do Governo Federal há mais de dois anos.

Nesta instituição há muitos casos de estudantes com dificuldades de aprendizagem e também nas relações interpessoais. Evidencia-se necessidade de projetos que desenvolvam nos estudantes a capacidade de relacionar-se respeitosamente com os professores e uns com os outros.

Esta unidade escolar, de acordo com as diretrizes da educação, contempla estudantes da inclusão, com atendimento em sala de recursos generalista e adequações curriculares de acordo com as especificidades de cada estudante. Porém, no momento, ainda possui déficit no que se refere aos alunos com transtornos funcionais visto que não possuem atendimento especializado por meio das salas de apoio.

A seguir algumas ações integradas previstas pelos serviços de apoio e orientação educacional (SALA DE RECURSOS / OE / EEAA):

- Levantamento do perfil dos professores (questionário);
- Entrevista com a gestão;
- Observação da dinâmica escolar;
- Participação dos espaços coletivos como reuniões e conselhos de classe;
- Ações nos conselhos de classe;
- Auxiliar nas atividades pedagógicas e construções das intervenções a nível coletivo e individual;
- Palestras e oficinas nas reuniões coletivas com os professores;
- Participar no planejamento das ações pedagógicas conjuntas previstas no calendário escolar (oficinas, palestras, atividades vivenciais, intervalo cultural, entre outros);
- Realizar reuniões ocasionais com os pais e/ou responsáveis de acordo com as demandas apresentadas;
- Intervenções nas reuniões de pais, promovendo espaços de fala, escuta e orientação para melhoria do desempenho escolar.

3.2 Caracterização Física

A escola foi inicialmente planejada para funcionar como Escola Classe 51 e assim funcionou até o ano de 1992, quando passou a ser Centro de Ensino Fundamental 14, porém permanecendo com a mesma estrutura. Isso gerou alguns problemas de inadequação de espaços,

já que foi planejada para alunos de faixa etária menor.

A estrutura física é composta pelos seguintes espaços e condições de uso:

Quantidades dependências em condições de uso:

- 01 Secretaria e arquivo: Boas condições de uso
- 01 Sala da direção: Boas condições de uso
- 01 Sala da supervisão pedagógica: Boas condições de uso
- 01 Sala da supervisão administrativa: Boas condições de uso
- 01 Sala dos professores: Boas condições de uso
- 01 Sala da coordenação: Boas condições de uso
- 01 Sala do OE: Boas condições de uso
- 01 Sala de recursos: Boas condições de uso
- 01 Sala da EEAA: Boas condições de uso
- 01 Copa/cozinha para servidores: Boas condições de uso
- 01 Depósito de materiais pedagógicos: Boas condições de uso
- 01 Laboratório de informática: Sem condições de uso.
- 01 Laboratório de ciências: Condições insuficientes para uso adequado.
- 01 Sala de apoio: Boas condições de uso
- 01 Pátio coberto: Boas condições de uso
- 01 Cantina: Boas condições de uso
- 01 Depósito de gêneros alimentícios: Boas condições de uso
- 18 Salas de aula: Boas condições de uso
- 01 Guarita: Boas condições de uso
- 01 Estacionamento descoberto: Boas condições de uso
- 01 Sala de Leitura: Boas condições de uso
- 01 Sala de grupos de estudo: Boas condições de uso
- 02 Banheiro dos professores: Boas condições de uso
- 02 Banheiro dos estudantes: Boas condições de uso
- 02 Banheiro adaptado: Boas condições de uso
- 01 Quadra coberta: Em boas condições de uso
- 01 Caixa d'água: Boas condições de uso
- 01 Depósito do material de educação física: Boas condições de uso
- 01 Sala de vídeo: Boas condições de uso

- 01 Sala quintal: Boas condições de uso
- 01 Pracinha descoberta: Necessita de cobertura
- 01 Depósito de gás: Boas condições de uso
- 01 Sala dos terceirizados: Boas condições de uso
- 01 Galpão comunitário: Boas condições de uso

Segue em destaque algumas salas especiais destinadas a atividades pedagógicas:

- **Sala de Informática** - A sala de informática foi montada em 2008, com recursos do Ministério da Educação. Atualmente o laboratório encontra-se desativado em função das máquinas estarem obsoletas e por falta de manutenção.
- **Laboratório de Ciências** - Funciona num espaço improvisado, insuficiente para o atendimento de uma turma de 30 alunos. A sala dispõe de um aparelho de ar condicionado (sem funcionamento) e dois microscópios.
- **Sala de leitura** - É coordenada por uma Servidora da carreira assistência que alterna turnos matutino e vespertino. Os alunos possuem uma carteirinha específica da biblioteca para o controle dos empréstimos e devoluções dos livros. Além da carteirinha há um livro de frequência para o registro do nome, horário de entrada, saída e turma em que está matriculado.

O acervo é reduzido e o espaço para leitura dos estudantes é bastante restrito e não há como atender um grande grupo de uma única vez.

- **A sala de apoio disciplinar** - Funciona como uma recepção, num espaço adaptado na entrada da escola. Conta com a colaboração de três funcionárias que se revezam entre os dois turnos no atendimento de pais e estudantes. Com relação aos estudantes, o trabalho consiste em registrar e comunicar por telefone, pais ou responsáveis, sobre problemas de saúde ou disciplinares. Pais e comunidade em geral, são encaminhados ao setor próprio para atendimento de suas demandas.
- **Sala de vídeo** - Sala destinada a exibição de vídeos equipada com uma televisão

e sistema de som apropriado. Usada mediante condições de reserva junto a supervisão/coordenação pedagógica.

- **Quadra poliesportiva**- Além da prática nas aulas de Educação Física a quadra também será utilizada para treinamentos das equipes escolares. A quadra poderá ser liberada para outras práticas mediante autorização da Equipe Gestora.
- **Orientação Educacional** - Funciona em uma sala equipada com arquivos e ar condicionado. É destinada ao atendimento de alunos e familiares, como também aos professores que buscam suportes interventivos junto ao SOE. Conta com um profissional com formação em Pedagogia e Especialização em Orientação Educacional.
- **Sala de recursos generalista** - Dispõe de alguns materiais enviados pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura, dentre os quais: dois computadores de mesa, dois notebooks, uma impressora e jogos pedagógicos. O projeto da sala de recursos generalista, implantado em 2008, objetiva dar condições para um trabalho pedagógico diferenciado e lúdico que favoreça a aprendizagem e a inclusão.
- **Galpão comunitário** – É um prédio que ao lado do CEF 14 e é usado tanto pela escola quanto pela comunidade local, tanto para reuniões quanto para desenvolvimento de atividades artísticas e culturais. Na área externa são desenvolvidos os projetos Horta escolar e Farmácia Viva.

Importante saber que o uso do Galpão Comunitário pelo CEF 14 é uma reivindicação registrada em documentos desde o ano de 2008, sendo a incorporação efetivada em 05 de fevereiro de 2010. Na época se argumentava o uso desse espaço atendendo a uma demanda de espaço para atividades extracurriculares.

Atualmente um dos maiores desafios do Projeto Político Pedagógico desta Instituição de Ensino é desenvolver uma educação de qualidade, voltada para o resgate da autoestima e melhora no rendimento escolar, principalmente dos indicadores do IDEB (MEC 2015). Há necessidade de mudança de estratégia na ação pedagógica, pois a clientela atendida apresenta característica de

risco Social. Com base no diagnóstico foram traçadas metas positivas e Projetos interventivos voltados para o interesse e necessidades de aprendizagem dos nossos alunos.

Nessa perspectiva estão sendo desenvolvidas atividades com teatro, artesanato, projetos interventivos de Português, Matemática, Ciências e História; Projeto Farmácia Viva; Projeto Secador Solar de Frutas.

Assim, as demandas que motivaram a incorporação do Galpão à Escola, são exatamente as mesmas da atualidade, principalmente no que se refere à questão da vulnerabilidade e risco social, com o surgimento dos bairros Sol Nascente e Pôr do Sol, nas proximidades da Escola.

- **Sala quintal** - Espaço que fica nos fundos da escola, em área coberta, sem paredes, em tamanho suficiente para acomodar uma turma de 30 alunos. Está equipada com um quadro branco e cadeira. É utilizada para atividades lúdicas e recreativas, aulas ao ar livre e grupos de estudo no contra turno.

Por se tratar de uma construção antiga, requer constantes reparos. Grande parte dos reparos e reformas foram executadas pela própria escola. Emergencialmente necessita de reparos estruturais e pintura em toda a escola. No entanto, a construção de um auditório de pequeno porte desponta como um dos principais anseios estruturais para fins pedagógicos.

A escola dispõe, ainda, em seu patrimônio de bens tombados (capital) e de uso corriqueiro (custeio). Todos disponíveis à implementação e execução da Proposta Pedagógica da escola. Como custeio podemos listar bens como utensílios de copa e cozinha e suprimentos em geral (papel, toner, tinta, material de limpeza), material esportivo como bolas e coletes, livros e revistas da sala de leitura, mídias em dvd, dicionários, vidraria de laboratório, dentre outros.

4 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

4.1 Contextualização

O Centro de Ensino Fundamental 14 está localizado em Ceilândia, bairro P. Sul, bem próximo aos condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente, regiões extremamente carentes de infraestrutura e de serviços que atendam às necessidades básicas da população, como: educação, saúde e segurança.

Ceilândia é uma grande região administrativa do Distrito Federal. Foi formada a partir da necessidade de acomodar os construtores de Brasília vindos das diversas regiões do Brasil, os

quais viviam em favelas, às margens do Lago Paranoá, área que seria, posteriormente, destinada à construção de moradias para a elite política e econômica da nova capital brasileira. Seria, portanto, necessário, para determinados setores do governo (como a TERRACAP), tendo em vista também o problema da especulação do solo urbano, a transferência imediata de todos os moradores para outro local, longe do Plano Piloto.

A pesquisadora Safira Bezerra Ammann, faz uma análise do quanto seria contraditório para os projetos urbanísticos capitalistas da nova cidade, a presença de pessoas de baixa renda naquele local. “Segundo a ótica capitalista, as favelas vinham contrariar o projeto urbanístico, quebrar a harmonia da cidade, prejudicar sua beleza arquitetônica e representar uma ameaça à população do Plano Piloto.”¹

O nome “Ceilândia” surge a partir da sigla “CEI”, que significava Campanha de Erradicação de Invasões. A cidade é oficialmente fundada em 27 de março de 1971 pelo governo local e hoje é subdivida em vários bairros como: Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Ceilândia Norte, (esses três primeiros, juntamente com a parte da Guariroba, formavam o setor tradicional, cujo projeto original era em forma de barril), Guariroba, P. Sul, P. Norte, Expansão do Setor O, QNQ, QNR, Setores de Indústria e de Materiais de Construção, e parte do Incra, (área rural da cidade). Os bairros mais recentes são: Setor Privê, Pôr do Sol, (no P. Sul) e Sol Nascente, (no P. Norte), surgidos a partir de 1995. Os bairros Pôr do Sol e Sol Nascente atualmente formam uma nova região administrativa.

O setor P. Sul, implantado em 1979, está organizado por em estrutura geométrica regular, similar ao desenho original de Ceilândia.

A partir de 1998 começou-se um movimento de fracionamento e venda das chácaras que estavam ao redor do P. Sul. Esse movimento fez com que várias casas fossem construídas ao redor das antigas moradias.

Atualmente o P. Sul compreende as quadras pares, QNPs 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34 e 36, a área de desenvolvimento Centro-Norte (área comercial e industrial).

Apesar dos problemas, Ceilândia é uma cidade viva, pulsante, que cresceu na efervescência da organização social. Em meados das décadas de 1979 e 1980, os moradores se organizaram na luta pela moradia e criaram o movimento que ficou conhecido como “Incansáveis Moradores de Ceilândia”. Na época, os moradores lutavam basicamente pela regularização dos lotes distribuídos pelo governo, mas, além disso, lutavam também por saneamento básico, segurança, educação e condições dignas de sobrevivência. Ao final da luta contra o governo, os lotes foram regularizados e a principal liderança dos Incansáveis chegou a ser eleito deputado

distrital pela comunidade local.

Formada em sua grande maioria por nordestinos, Ceilândia se destaca pelas famosas Feiras, comidas típicas, enfim, pela cultura nordestina em geral. Merece destaque a Casa do Cantador, que oferece projetos permanentes de músicas como Repente e Forró.

Nos últimos anos Ceilândia tem sediado no mês de junho o que é considerado o maior São João do Cerrado. É um grande evento que traz elementos da cultura nordestina como forró, comidas típicas, danças do São João, além de música caipira.

O hip hop é outra modalidade da música representada pelos Movimentos de Rua, que tiveram e ainda tem forte representatividade em Ceilândia. É o que se chama cultura do gueto, em que os jovens usam o rap para se expressar e até exigir atenção das autoridades governamentais. Segundo reportagem do Portal R7, de dezembro de 2014. Ceilândia já teria cerca de 100 grupos de rap. Esses grupos estão inseridos no Hip Hop, que costumam apresentar, o break, grafite e cultura de rua.

O CEF 14 que queremos passa necessariamente pelo conhecimento e análise da realidade em que está inserido. Não é possível educar dissociado da vida do estudante, das reais necessidades da comunidade local.

4.2 Perfil dos Profissionais da Educação

Atualmente, o quadro de profissionais do CEF 14 conta com professores efetivos da Secretaria de Educação, servidores da carreira de assistência efetivos da Secretaria de Educação, professores contratados em regime temporário e servidores terceirizados. São 18 professores efetivos da carreira magistério, sendo 01 em restrição (atuando na sala de apoio) .Contamos também com 21 professores no regime de contrato temporário. Dos profissionais, 03 é mestre, 36 especialistas. Do quadro de professores efetivos, 01 está exercendo a função de diretora, 01 como vice-diretor, 01 como supervisora pedagógica e 02 como coordenadores pedagógicos. São 09 profissionais que compõem o quadro da Carreira Assistência à Educação. Do quadro da carreira assistencial 02 está exercendo a função de supervisão administrativa e 01 exercendo a função de chefe de secretaria, 02 como apoio da secretaria, 1 como apoio da biblioteca, 2 monitoras educacional.

Contamos ainda com 17 colaboradores terceirizados, sendo 03 que preparam a merenda escolar, 10 que realizam a limpeza e a conservação do ambiente escolar e 04 agentes de guarda patrimonial.

A orientação educacional (OE) conta com dois orientadores em regime de 40 horas

semanais.

A sala de recursos generalista conta com um professor em regime de 40 horas semanais, da área de Geografia. Auxiliando os professores da sala de recursos e estudantes com necessidades educacionais especiais contamos com quatro educadores voluntários sociais, dois no turno matutino e dois no turno vespertino.

4.3 Perfil dos Estudantes e da Comunidade Escolar

O corpo discente é marcado por sua heterogeneidade. Por sermos uma escola sequencial, recebemos estudantes das seguintes Escolas Classes: EC45, EC46, EC47, EC48, EC50, EC52. Recebemos também alguns estudantes da rede particular de ensino e de outros estados.

Percebe-se que muitos dos nossos estudantes ainda não têm perspectiva de futuro vinculado ao ensino médio.

O CEF 14 é uma escola que está localizada nas últimas quadras do Setor P. Sul e recebe alunos que residem, em sua maioria, nas quadras vizinhas e alguns que são provenientes de bairros vizinhos como Sol Nascente e Pôr do Sol. As estatísticas oficiais apontam que essa região é fortemente impactada pela violência, uso e tráfico de drogas. Assim, a insegurança é um problema presente tanto fora quanto dentro dos muros da escola e aparece como uma das maiores preocupações dos pais em levantamento feito pela escola. Ainda de acordo com o mesmo levantamento feito com pais e estudantes detectamos que:

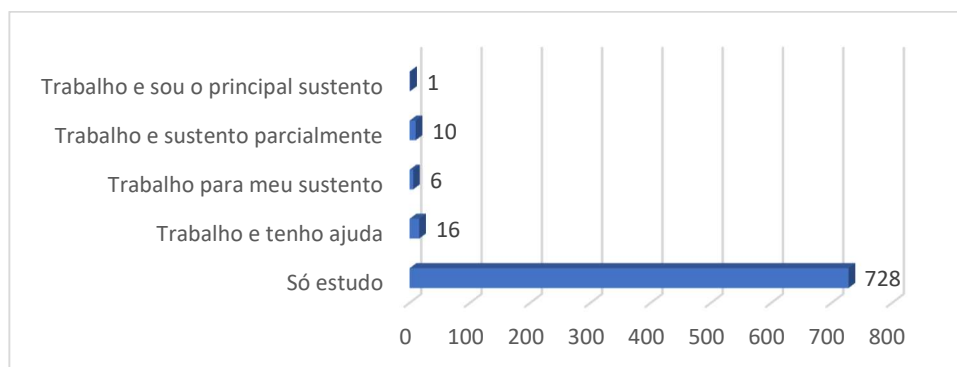
- A maioria não usa meio de transporte para chegar à escola;
- Alguns alunos já participam da vida econômica da família;
- A maioria usa a internet como meio de informação, ficando em segundo plano, recursos como TV, jornais e revistas;
- A maioria não tem computador em casa, mas usa na casa de amigos e outros locais;
- A maioria reconhece a importância do Projeto Político Pedagógico para a escola, mas não conhece os membros do Conselho Escolar.

No que se refere à escola, a maioria avalia positivamente a Direção, as aulas e a limpeza das salas. Por outro lado, os estudantes opinaram que é preciso melhorar o lanche, o intervalo, os espaços de convivência e o ensino de modo geral.

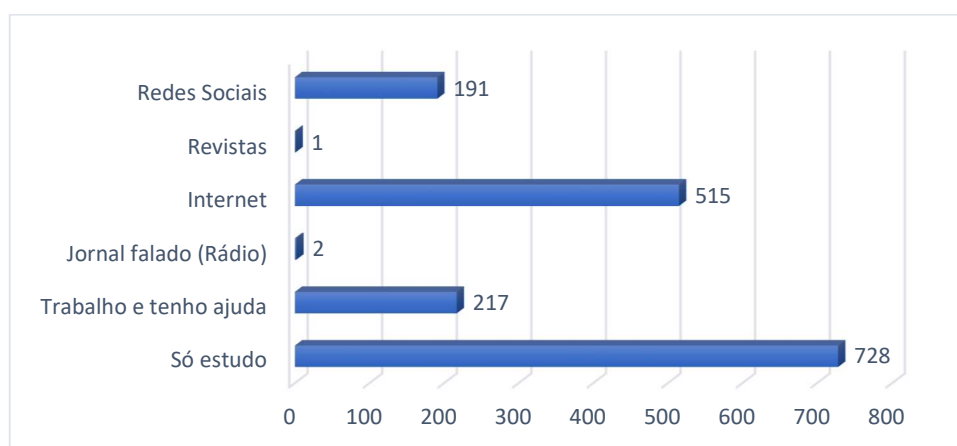
Percebe-se que nossos estudantes sofrem ações exógenas (violência no entorno da escola, violência familiar, drogas lícitas e ilícitas, redes sociais, e outras) causando prejuízos ao processo de ensino aprendizagem e dificultando assim a realização do trabalho pedagógico. Outro fator observado é a falta de acompanhamento familiar das ações educacionais realizadas na escola e destinadas ao domicílio. Diante disso, a relação da escola com os pais/responsáveis tem ficado restrita apenas às reuniões bimestrais e convocações pontuais.

4.4 Gráficos Referentes ao Levantamento Feito Com os Estudantes

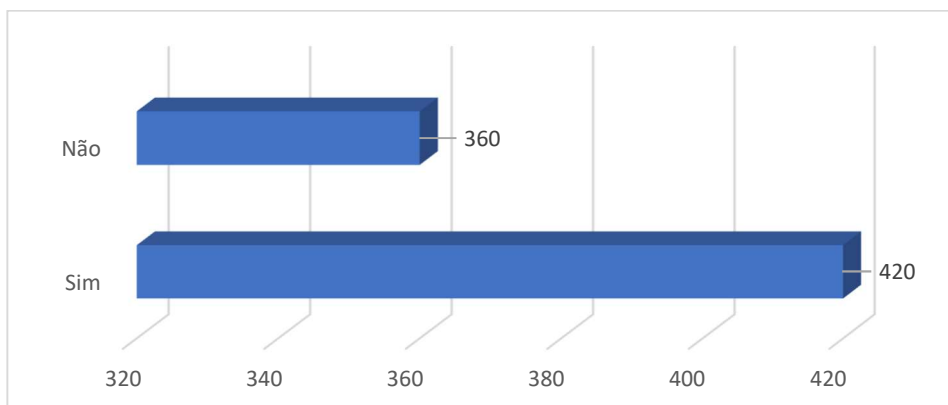
4.4.1 Participação na vida econômica da família



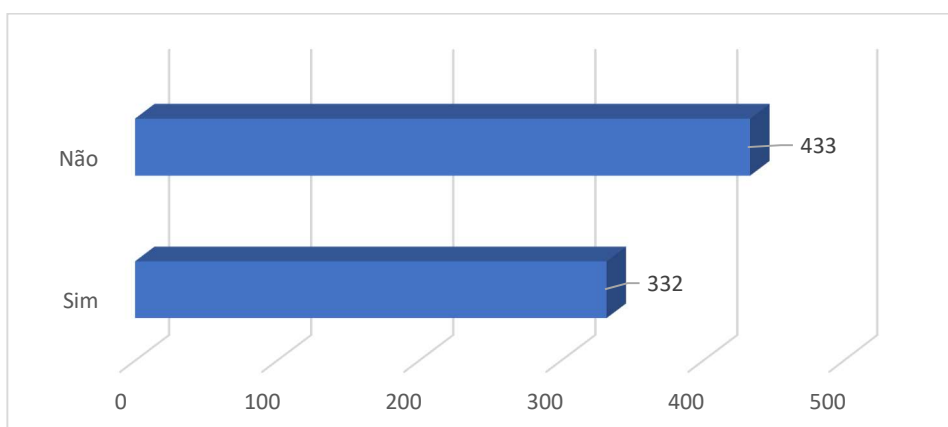
4.4.2 Meios de comunicação utilizado para manter-se informado



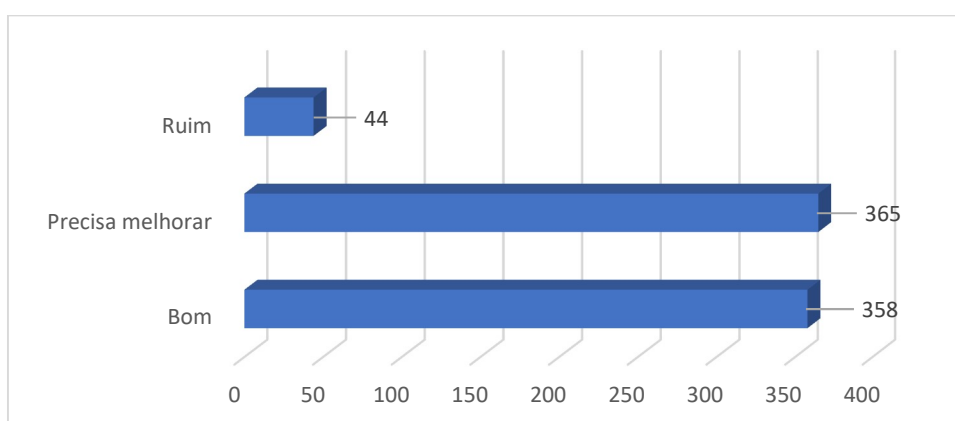
4.4.3 Sabe da importância do Projeto Político Pedagógico



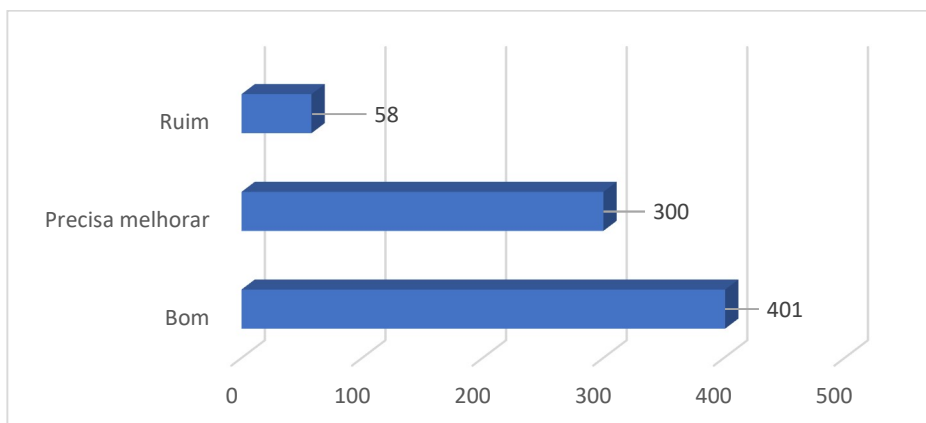
4.4.4 Conhece os membros do conselho escolar



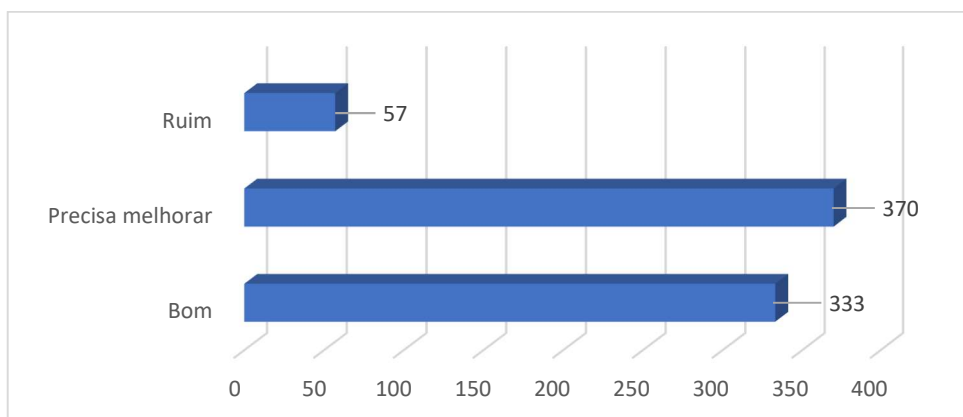
4.4.5 Como avalia o Ensino ofertado na escola



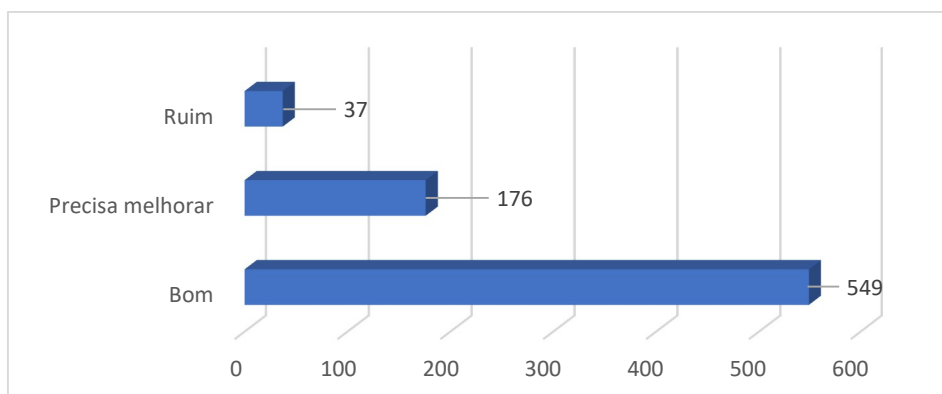
4.4.6 Como avalia a Direção da escola



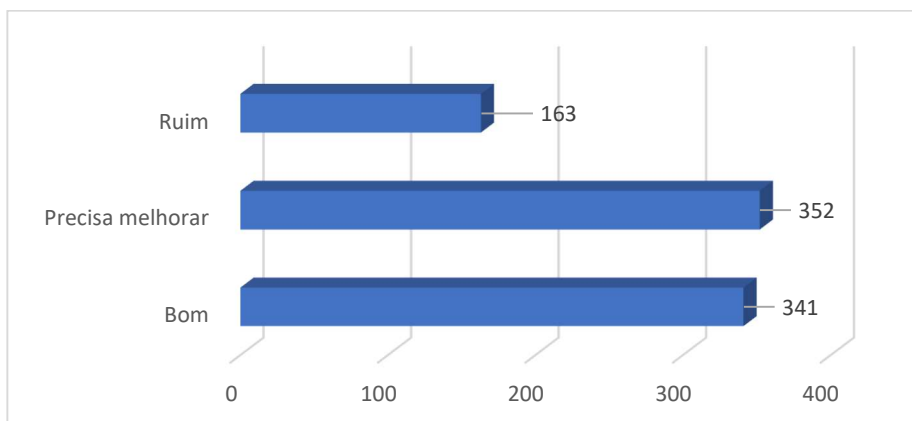
4.4.7 Como avalia lanche da escola



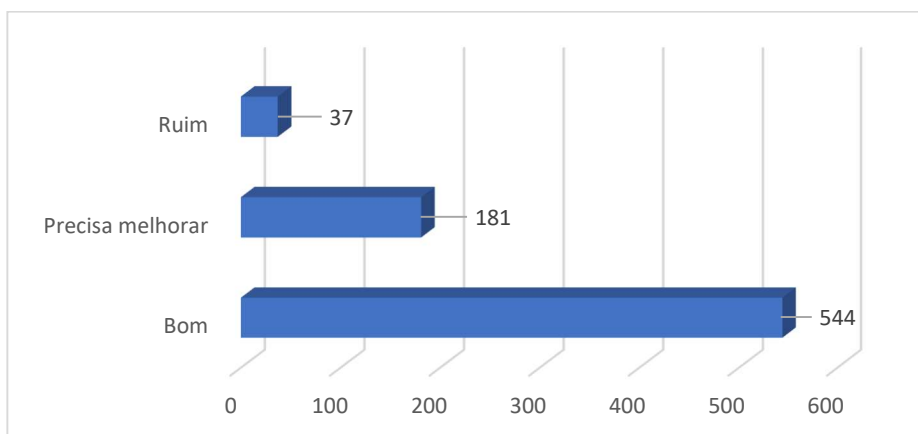
4.4.8 Como avalia a limpeza da escola



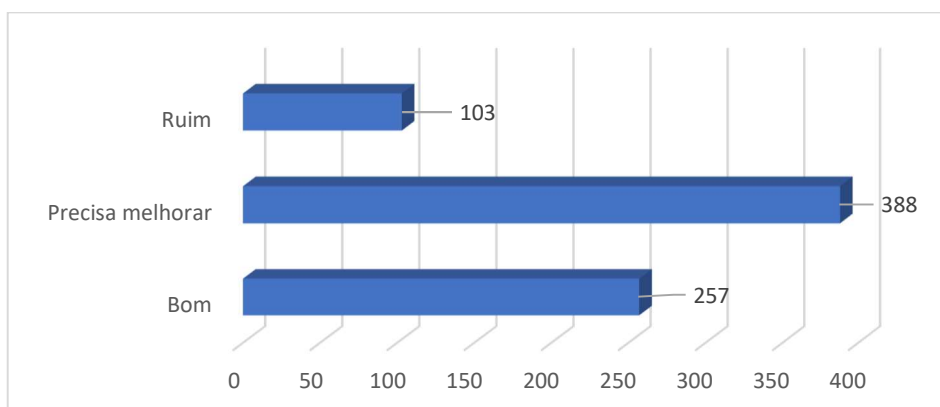
4.4.9 Como avalia o Intervalo



4.4.10 Como avalia as aulas



4.4.11 Como avalia os espaços de convivência da escola



4.5 Perfil da Comunidade Escolar (Pais e Responsáveis)

Constatamos que a comunidade no geral não procura a escola por conta própria, mas

comparece às reuniões quando é convocada. Sabem da importância do Projeto Político Pedagógico da escola e do Conselho escolar, mas pouco participa das decisões administrativas e pedagógicas.

A maioria das famílias que compõem a nossa comunidade escolar é de baixa renda e responderam que têm renda familiar de um salário mínimo e mora de aluguel. Dentre os que se apresentaram como responsáveis a maioria é do sexo feminino, não tem curso superior completo e tem apenas um filho.

No que se refere à escola como um todo, pais e responsáveis, avaliam positivamente os seguintes aspectos: direção, ensino, limpeza, recreio e aulas. Em contrapartida entendem que é preciso melhorar o lanche e a estrutura física.

4.6 Informações da Secretaria

A partir de informações da secretaria podemos identificar defasagem de idade, regiões de moradia, escolas de origem, sexo, faixa etária, nos permitindo tanto adotar critérios estratégicos na montagem de turmas que favoreçam a diversidade quanto facilitar diagnósticos, bem como enturmação dos alunos ANEE.

4.7 Equipe Gestora

A equipe gestora, constituída pela Diretora e Vice diretor, Supervisores pedagógico e administrativo e do Chefe de Secretaria compete cumprir o termo de compromisso assinado no ato da posse, que contemplará as competências da Gestão Democrática nos aspectos administrativo, pedagógico e financeiro além daquelas decorrentes do cargo.

A Equipe Gestora deve desempenhar ação participativa, motivadora, mobilizadora, capaz de superar tensões e conflitos e principalmente articular todos os segmentos, órgãos e setores da escola no sentido de cumprir o maior objetivo que é a qualidade do ensino/aprendizagem dos alunos. Desta forma, a Equipe Gestora é a responsável direta pelas áreas da gestão pedagógica, gestão de recursos humanos e gestão administrativa, cabendo a ela responder legal e judicialmente pela escola e pedagogicamente por seus resultados.

4.8 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão consultivo, deliberativo, mobilizador e supervisor das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, exercendo apoio à gestão da

instituição escolar garantindo a participação efetiva da comunidade escolar na mesma. O CEF 14 conta atualmente em sua estrutura organizacional com o Conselho Escolar constituído através de eleição direta. Todos os segmentos possuem garantia de representatividade conforme legislação. Reunir-se-á nas dependências da própria escola bimestralmente em forma ordinária e extraordinária quando houver necessidade de convocação. O Conselho Escolar possui regimento próprio em acordo com a legislação vigente.

4.9 Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica é formada por professores escolhidos pelo corpo docente da escola, de acordo com portaria vigente. A Supervisão Pedagógica juntamente com a coordenação pedagógica, é responsável pela formação continuada e articulação com Coordenação Local, por planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas constantes ou previstas nesta Proposta Pedagógica bem como outras que sejam julgadas necessárias pela avaliação dos resultados obtidos, junto ao corpo docente

4.10 Caixa Escolar

Instituição escolar sem fins lucrativos responsável pelo planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros do FNDE e do PDAF segundo suas normas específicas e de outros recursos próprios, tais como rifas e doações voluntárias. Cabe também ao Caixa Escolar a doação dos bens adquiridos para que sejam tombados como patrimônio da escola.

5 MISSÃO, VISÃO E VALORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tendo como referência o Currículo em Movimento, a função primeira da escola é garantir o acesso de todos os jovens à educação de qualidade. “Para isso, o reconhecimento da prática social e da diversidade do estudante da rede pública de ensino do Distrito Federal são condições fundamentais.” (Currículo em Movimento, Caderno 1, SEEDF, 2014a, p. 33).

Os desafios colocados à Escola Pública na atualidade são vários. De que maneira garantir aos nossos estudantes as aprendizagens necessárias para que possam inserir-se em seu meio social com dignidade? Para que possam refletir e modificar as situações de injustiça e desigualdade a que a maioria da população brasileira está submetida? Pois essa Escola hoje recebe um público diverso e com diferentes expectativas com relação a esta Instituição. A escola

não deve somente “ensinar”, também deve “aprender” com quem está dentro (e às vezes, fora) dela, deve acolher e não “escolher”. Por esta razão não há que se falar em aprendizagem, são as aprendizagens -, que não acontecem de uma maneira única, homogênea, ao mesmo tempo, em um único espaço, como se fossemos um batalhão em uma fábrica a serviço do continuísmo. As aprendizagens acontecem nas interações sociais entre os “atores” desse processo. Propiciá-las é um trabalho árduo e uma construção coletiva, dando voz aos sujeitos que diariamente a praticam não somente no interior das salas de aula. É descobrir novos espaços e expandir a compreensão sobre o processo de aprender. Não é desprezar o conhecimento científico acumulado pela humanidade e, sim, apropriar-se dele de maneira reflexiva. Também não podemos negar o conhecimento empírico, do senso comum, do povo, dos povos ditos “iletrados”.

Por outro lado, a educação deixa de ser vista como um fato isolado, inato, passando a ser visto como um processo de interação entre o aluno e seus pares, com os professores e o mundo que o cerca. “O desenvolvimento dos estudantes é favorecido quando vivenciam situações que os colocam como protagonistas do processo ensino aprendizagem, tendo o professor como mediador do conhecimento historicamente acumulado, por meio de ações intencionais didaticamente organizadas para a formação de um sujeito histórico e social.” (Currículo em Movimento, Caderno 1, SEEDF, 2014a, p. 33).

Além disso, nessa Escola, ninguém adquire uma real autonomia sem conhecimento formalizado, pois negar às nossas crianças e jovens da escola pública a possibilidade de adquirirem esse conhecimento é negar a possibilidade de ascensão social e econômica, é contribuir para a manutenção das inúmeras desigualdades do Brasil, porém é necessário que esse saber faça sentido e nasça da prática cotidiana, pois essa prática, às vezes, precisa ser modificada. Por isso não fugir da assertiva de que uma educação total tem por obrigação abordar temas como os Direitos Humanos, a Diversidade, a Sustentabilidade. Abordando-os de maneira viva, conectada com a realidade de nossos estudantes e seus familiares.

O CEF 14 de Ceilândia busca em sua prática pedagógica inovar no uso dos espaços e tempos das atividades escolares desenvolvidas de modo que o conhecimento e a prática social estejam em sintonia. Desafio constante de tornar todos os projetos e cotidiano escolar uma prática indissociável.

6 FUNÇÃO SOCIAL E MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A escola tem como função social garantir a todos as condições de viver plenamente a

cidadania, facilitando o desenvolvimento integral de cidadãos conscientes, capazes de intervir na sociedade, de continuar seus estudos, de ingressar e permanecer no mercado de trabalho, cumprindo seus deveres e usufruindo seus direitos. Entende-se por desenvolvimento integral o desenvolvimento humano em suas habilidades intelectuais, cognitivas, afetivas, físicas, éticas e sociais. Para tal é preciso que a escola se conscientize de sua responsabilidade em proporcionar a todos os seus estudantes o sucesso escolar em um ambiente sustentável e democrático que conte com a participação dos gestores, dos professores, dos pais, dos estudantes, dos auxiliares, e de toda comunidade, visando uma aprendizagem de forma prazerosa e que exclua de suas práticas a cultura da repetência e do fracasso escolar.

O Centro de Ensino Fundamental 14 busca se firmar como uma escola pública de qualidade de ensino que visa servir com excelência por meio da educação. Acreditamos que a nossa missão é a formação de cidadãos criativos, críticos, responsáveis e que valorizem a democracia, a verdade, o respeito e a solidariedade, propiciando uma educação pública pautada pela qualidade social, referenciada nos sujeitos sociais e em suas singularidades, garantindo o acesso e a permanência e as aprendizagens dos estudantes na escola. Para tanto é imprescindível que as práticas pedagógicas e, conseqüentemente, sociais, se sustentem nos princípios da Gestão Democrática e as concepções de Educação, Currículo e Aprendizagem estejam coerentes com a formação de um ser humano em sua integralidade que tenha capacidade de agir para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas do nosso país

7 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

As concepções teóricas e princípios orientadores das práticas pedagógicas do Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia fundamentam-se nos documentos oficiais da rede pública de ensino do Distrito Federal, a saber: Currículo em Movimento da Educação Básica (SEDF, 2014a), Diretrizes Pedagógicas para o 3º Ciclo (SEDF, 2014a), Diretrizes de Avaliação Educacional (SEDF, 2014a), Programa superAção (SEDF,), Plano Distrital de Educação (2015 – 2024), bem como nas teorias pedagógica Histórico- Crítica. “Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes.” (SAVIANI, 2008. P.25,26). Há também conceitos e princípios teóricos do

multiculturalismo presentes na Teoria Pós-Crítica e nos conceitos de psiquismo e de aprendizagem da Psicologia Histórico-Cultural desenvolvida por Vigostlky, coerentes com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e não excludente.

8 OBJETIVOS E METAS DA UNIDADE ESCOLAR

8.1 Objetivo geral

O Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia busca se firmar como uma escola pública de qualidade de ensino por meio da educação. Proporcionar o aprendizado global, que desenvolva os quatro pilares da educação (aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a conhecer) pilares baseados no relatório da Unesco para a Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, por meio de uma educação de qualidade, da permanência do aluno na escola, de ações interventivas (coletivas e individuais), com vistas à garantia de aprendizagem por meio do letramento e da ludicidade.

8.2 Objetivo Específico

As estratégias de ação para o alcance desse objetivo são: Ofertar saberes, garantindo o conhecimento por meio das estratégias previstas pelo 3º Ciclo para as aprendizagens; Otimizar os resultados obtidos na última edição do SAEB; Intervir na frequência irregular e na infrequência; Reduzir a evasão escolar; Reduzir os índices de repetência escolar (abaixo de 20%); Promover momentos para trabalhar a baixa autoestima de alunos e professores; Resgatar valores de cidadania, atitudes de solidariedade, cooperação e respeito; Valorizar o aluno como foco do processo educacional; Conscientizar a comunidade da importância da família no processo de ensinoaprendizagem e buscar sua participação efetiva durante o desenvolvimento do ano letivo; Desenvolver projetos interdisciplinares e eventos educativos que favoreçam o aprendizado dos alunos e a formação cidadã; Desenvolver ações que ofereçam conhecimentos e adequações curriculares aos alunos que apresentam déficit de saberes prévios para acompanhar o ano em que está inserido (reagrupamento, reforço, projeto interventivo, recuperação contínua/paralela, Programa Superação); Implantar o Laboratório Multidisciplinar para a realização de aulas práticas e a utilização do mesmo como espaço lúdico durante os intervalos; Promover a gestão financeira da escola de acordo com os princípios de autonomia e ética do administrador público; Conscientizar a comunidade quanto à preservação do ambiente no qual está inserida e do patrimônio do qual dispõe.

9 FUNDAMENTOS TEÓRICO E METODOLÓGICOS NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA

Sendo a Educação uma prática social em sua essência, os atos de ensinar e aprender estão carregados de intencionalidade. Ensino e aprendizagem é um processo dialético e os principais sujeitos envolvidos, seres humanos únicos e diversos por natureza, aprendem na inter-relação com seus pares. É na interação que se aprende/ensina num processo de trocas constantes. O professor precisa ter claro que necessita primeiramente conhecer os campos de interesse dos educandos e, de maneira planejada e intencional, intervir na realidade que se mostra, proporcionando momentos para formulação / reformulação de hipóteses, questionamentos do que se é dado, colocado. O início pode ser uma situação-problema existente ou não, uma questão relevante para a comunidade a qual está inserido o estudante, uma inquietação comum da faixa-etária (criança, adolescente, adulto). Esse problema, situação deve ser antes de tudo, estimulante, desafiador o suficiente para mobilizar o interesse do discente em para buscar respostas, mas que não se estacione aí. Além de despertar a curiosidade, o professor direciona, mostra opções de registro das hipóteses, confronta opiniões divergentes.

A Psicologia Histórico-Cultural, por meio dos conceitos desenvolvidos por VIGOSTSKY auxilia o professor a compreender como ocorre esse processo. É importante que os desafios não estejam nem aquém (muito fáceis) nem além (difíceis demais) da possibilidade de entendimentos dos educandos e é num ambiente colaborativo que a aprendizagem se desenvolve. É como um ciclo que em há um estágio inicial de aprendizagem, há a mediação do professor, que possibilita a sistematização desse saber, instrumentalizando os estudantes para chegarem à prática social final, que na verdade, não é o fim em si mesmo, pois o que foi aprendido serve de base para a construção de novos saberes e assim sucessivamente, pois o ser humano não deixa de aprender, de questionar.

Importante destacar que não só o aspecto cognitivo é mais relevante nessa concepção teórica. Como somos sujeitos históricos, sociais, o caráter afetivo de nossas ações também se sobrepõe. Afetivo, o que nos afeta, portanto, as emoções, sentimentos impregnam nossas ações em todos os campos de nossas vidas. Na escola, não é diferente e todos os atores envolvidos no processo, quer seja o professor, os estudantes, os funcionários, pais, responsáveis acabam direta e indiretamente envolvidos nesse processo. Educar, aprender, ensinar nem sempre é um caminho tão suave assim.

As contradições, os conflitos também se mostram bem presentes na escola e não devem ser escondidas, negadas. Devem ser debatidas, esclarecidas. É um caminho tortuoso sim, com

obstáculos, mas gratificante e carregado de possibilidade de transformação, pois é essa a concepção de escola que defendemos.

9.1 Educação Integral

O conceito de Educação Integral do qual se ocupa o presente documento e os demais que referenciam a Rede Pública de Ensino do DF compreende o ser humano em sua integralidade. Isto quer dizer que são variadas e múltiplas suas dimensões e necessidades educativas. Acontece que práticas tradicionais tendem a supervalorizar a dimensão cognitiva, deixando em segundo plano a afetiva, ecológica, emocional, psicomotora, intuitiva, ética, histórica, estética, artística, social, cultural, espiritual que caracterizam o ser humano.

Importante deixar evidente que a Educação Integral não se restringe somente à ampliação do tempo no qual o (a) estudante está presente na escola, sendo esse um fator também importante. Não adianta expandir o tempo, se o Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional não visa atender as diversas dimensões da formação humana e são dadas preferências para atividades meramente recreativas, para “ocupar” o tempo a mais que o estudante passa na escola. Há que se ter um propósito educativo/formativo em todas as atividades propostas. A prática de educação integral ora proposta está pautada em três eixos estruturantes: ampliação de tempos, espaços e oportunidades.

A ampliação de tempos não visa retirar das famílias e do Estado as responsabilidades inerentes a estes, transferindo-as para a escola. Está a favor da construção de uma sociedade mais justa que ofereça às camadas populares o que ela busca na escola: possibilidade de ascensão econômica e social. Por esta razão, é importante cobrar dos governantes a aplicação eficiente dos recursos para melhoria da infraestrutura das escolas que estão a cada dia ampliando o tempo de permanência dos estudantes.

Ampliar os espaços visa o descobrimento ou redescobrimto, valorização de espaços que não sejam somente os intramuros da escola. É um chamamento da comunidade que auxilia a escola a descobrir que outros lugares possuem potencial educativo, como a praça vizinha à escola, a igreja, o galpão comunitário e a biblioteca pública. Quando a escola mostra-se próxima à comunidade, raros são os casos de depredação do patrimônio público.

Ampliar possibilidades está relacionado a propiciar e garantir as aprendizagens reais de nossos estudantes, garantindo a permanência e o sucesso escolar dos mesmos. Não é só retirá-los dos perigos das ruas, é oferecer oportunidades e possibilidades de uma formação humana em todas as dimensões anteriormente citadas.

Também há princípios que norteiam a Educação Integral. São eles: a integralidade, a Inter setorização, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialidade e trabalho em rede.

A integralidade, como dito anteriormente, não é só o aumento da carga horária escolar. É dar importância e equilibrar a característica multidimensional do ser humano. As práticas educativas propostas devem associar as diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esportes, lazer, informática, objetivando o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes.

A intersectorização diz respeito à articulação com as políticas públicas do governo para potencializar a oferta de atividades à comunidade atendida pela Educação Integral, com a integração de projetos sociais voltados para a cultura, o lazer e o esporte, pois iniciativas isoladas tendem a não ter continuidade.

A transversalidade traz para o planejamento escolar as vivências dos estudantes, as situações reais de vida articuladas numa concepção interdisciplinar de abordagem dos conhecimentos.

O diálogo escola e comunidade refere-se a escola como espaço comunitário, de pertencimento, que abre as portas para trocas culturais e afirmação da identidade cultural da comunidade: crenças, valores, tradições.

A territorialidade é romper com os muros escolares. Há construção de saberes fora dos muros escolares. O CEF 14 tem a experiência prática de desenvolver atividades pedagógicas em um galpão anexo à escola, onde são desenvolvidos projetos de interesse tanto dos alunos como da comunidade, como a horta escolar.

O trabalho em rede: trabalho em conjunto, envolvendo e divulgando as experiências de sucesso em toda rede escolar do Distrito Federal para que não se tenha apenas alguns trabalhos isolados de professores ou grupos de professores, por exemplo, poderia se fortalecer e integrar o trabalho das escolas parques e dos centros de línguas com as escolas regulares. Há muito que se trabalhar para tornar mais eficazes a comunicação e divulgação dos trabalhos da Rede pública do DF.

9.2 Educação Inclusiva

A legislação brasileira, a começar pela Constituição Federal, assegura a universalização da educação. Em seu artigo 205, garante o direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para

o trabalho”. No artigo 206, inciso I, prevê a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e, finalmente, em seu artigo 208, inciso V, estabelece que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso a níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e de criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender a suas necessidades; garante a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e assegura a aceleração de estudos aos estudantes superdotados para conclusão do programa escolar. Ainda nesta década, diante das exigências sociais pautadas pela comunidade escolar e a sociedade em geral, a SEEDF inicia um processo de reorganização da Educação Especial, a fim de tornar o sistema de ensino mais inclusivo, no sentido de avaliar, desenvolver e instituir políticas educacionais e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas de desenvolvimento e de aprendizagem, em atendimentos educacionais especializados, que complementam e ou suplementam a formação de estudantes especiais, com vistas à autonomia e à independência na escola e na vida.

Por outro lado, os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), buscou corrigir distorções e injustiças, em relação aos quilombolas e povos indígenas do Brasil. A alteração da LDB obriga o sistema de ensino a inserir em sua proposta curricular o ensino da História e da cultura afro-brasileira, africana e indígena. E essa obrigatoriedade, por conseguinte, incide na reestruturação curricular. No ensino que se propõe, deve-se considerar que os povos negros e indígenas são sujeitos de sua própria história e atores na constituição da sociedade brasileira.

9.3 Currículo Integrado

A organização curricular do CEF 14 está de acordo com os princípios norteadores da Secretaria de Educação, expressos no Currículo em Movimento do Distrito Federal, 2ª edição atualizada a partir da 1ª edição, publicada em 2014. Esse documento foi aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal nos termos da Portaria nº 389, de 4 de dezembro de 2018.

O currículo que se pressupõe integrado procura superar as concepções de prescrições de conteúdos dissociados da vida cotidiana, que não valoriza os saberes e fazeres realizados pelos

sujeitos em suas histórias de vida, o que Bernstein denomina “currículo coleção”.

A realidade da escola moderna aponta, além da existência de currículo com conteúdos significativos, a necessidade de um currículo integrado que se apoie na transposição didática, interdisciplinaridade e contextualização e seja capaz de interligar Cidadania, Diversidade, Sustentabilidade e Tecnologias como eixos primordiais. O uso deste currículo tende a ser potencializado pela Pedagogia de Projetos, pois para desenvolver competências é preciso trabalhar por problemas e por projetos, propor tarefas que desafiem e motivem os alunos a mobilizar os conhecimentos que já possuem e a buscarem novos conhecimentos. É válido ressaltar que o Currículo em Movimento não apresenta fórmula ou lista de conteúdos a serem ministrados de forma obrigatória. Ainda é de responsabilidade da escola definir sua proposta e matriz curricular englobando conteúdos, estratégias, tempos, espaços de aprendizagem, processos avaliativos.

Não se pode confundir a não prescrição de conteúdos de maneira hierarquizada e com fim em si mesmos com a ausência ou “aligeiramento” (SAVIANI, 2008) de conteúdos. “[...] que contra a tendência de aligeiramento do ensino destinado às camadas populares nós precisaríamos defender o aprimoramento exatamente do ensino destinado às camadas populares. Essa defesa implica na prioridade de conteúdo. Os conteúdos são fundamentais, e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa. É fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, não atuem segundo essa máxima: a prioridade do conteúdo, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação.” (SAVIANI, 2008).

Os conteúdos significativos, relevantes e científicos devem se organizar em torno de ideias ou eixos que promovam a integração, articulados com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar que tem autonomia para organizar sequencialmente, ideias e temas de maneira coerente com sua proposta pedagógica.

Os eixos são referências para os professores planejarem suas atividades docentes e não somente os conteúdos descontextualizados da realidade social dos educandos, facilitando a implantação da interdisciplinaridade no cotidiano escolar.

Os eixos transversais do Currículo em Movimento são: a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. Como eixos integradores, temos: a ludicidade e os letramentos.

O Currículo Integrado leva os professores a trabalharem a partir de objetivos de aprendizagem, conteúdos culturais e científicos, habilidades, procedimentos e valores, num processo constante de reflexão da prática pedagógica. Isso porque, em algumas ocasiões, faz-se necessário o trabalho com habilidades e procedimentos específicos para que os estudantes possam apropriar-se de determinados saberes relevantes e específicos. “A intenção é de que o Currículo se converta em possibilidade de emancipação pelo conhecimento, seja ideologicamente situado e considere as relações de poder existentes nos múltiplos espaços sociais e educacionais, especialmente nos espaços em que há interesses de classe.” (CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, SEDF, 2014, p.22).

O currículo integrado somente se efetivará na prática se pautar-se pelos seguintes princípios norteadores: unicidade teoria-prática, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilização.

9.4 Princípio da Unicidade Entre Teoria e Prática

A prática pedagógica que se propõe engajada com a superação das desigualdades econômicas e sociais não dissocia teoria e prática, isso porque separadas, apesar de existirem, mostram-se frágeis em seu objetivo. Na verdade, não existe prática desinteressada em Educação. O professor pode desconhecer a teoria que enseja sua prática, mas nunca será neutra e desinteressada.

O conceito de práxis que permeia o Currículo Integrado privilegia ações de reflexão constantes tanto por parte dos (as) estudantes como do professor, respondendo e registrando cotidianamente às questões basilares e norteadoras de seu trabalho: “Para que ensinar?” “O que ensinar?” “Como ensinar?” “O que e como avaliar?”

Os elementos que compõem o currículo devem articular as áreas de conhecimento para que os estudantes se aproximem dos objetos de estudo, possam ver sentido no que aprendem e ressignifique seu contexto social.

9.5 Princípio da Interdisciplinaridade e da Contextualização

A interdisciplinaridade é a abordagem de uma ideia, um tema ou um conceito em

diferentes disciplinas/componentes curriculares, tornando mais compreensíveis as partes que interligam as diferentes áreas do conhecimento. A contextualização faz com que o que se ensina/aprende tenha significado, sentido, tanto para os professores como para os (as) estudantes.

Interdisciplinaridade e contextualização são fatores facilitadores da aprendizagem. Parte-se sempre do Currículo para gerar as ideias, temas e conceitos trabalhados interdisciplinarmente.

O trabalho colaborativo/coletivo entre os professores é favorecido quando se lança mão da interdisciplinaridade segundo Santomé (1998). É um trabalho que somente acontece quando há predisposição para o diálogo e rompimento com práticas pedagógicas isoladas. O Distrito Federal tem a seu favor o espaço-tempo da coordenação pedagógica, que deve ser valorizado e aproveitado para a formação continuada, o planejamento, o debate sobre a organização curricular e sobre o trabalho pedagógico nas escolas, contemplando o princípio da interdisciplinaridade.

9.6 Princípio da Flexibilização

Segundo o princípio da flexibilização, a organização do trabalho pedagógico no CEF 14 de Ceilândia procura seguir o que é definido na base comum do Currículo em Movimento, porém, com possibilidade de atender a demandas locais quanto aos interesses dos estudantes e comunidade escolar.

9.7 Avaliação Formativa

Os processos de Avaliação Educacional acontecem em três níveis:

- **Aprendizagem** – avaliação do desempenho dos alunos
- **Institucional** – avaliação do trabalho pedagógico
- **Larga Escala** – avaliação externa: exames e testes. Ex.: Prova Brasil e SAEB.

Estes níveis devem estar articulados ao planejamento e organização do trabalho pedagógico da escola.

Compreende-se que a avaliação em sua função formativa é a que deve ser adotada pelas Unidades Escolares vinculadas à SEDF. Ela deve perpassar todos os níveis da avaliação, bem como a função diagnóstica.

A avaliação vista por este prisma é realizada para incluir, por esta razão, práticas meramente quantitativas, classificatórias, excludentes e desvinculadas das aprendizagens devem ser rechaçadas em busca da avaliação para as aprendizagens. Esta contribui para a conquista e potencialização dessas aprendizagens, bem como permite ao professor realizar constantes reflexões sobre suas práticas.

Os instrumentos podem ser os mais variados (observações, registros escritos, provas, portfólios, trabalhos em grupo, seminários), porém a intenção do avaliador deve ser a do compromisso com as aprendizagens dos estudantes, compreendendo que este é um processo contínuo e que deva estar em consonância com a proposta de progressão que o CEF 14 segue ao adotar a Organização Pedagógica do 3º Ciclo.

É importante que os estudantes compreendam todo o processo em todas as etapas de planejamento, criando-se espaços de fala e atuação, incentivando ações para que o protagonismo de nossos jovens possam se manifestar.

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

O CEF 14 tem sua organização curricular fundamentada nas concepções teóricas e legais apresentadas anteriormente, compreendendo a necessidade que o seu resultado seja flexível, adaptável à realidade que se apresentar durante o ano letivo, o que em alguns momentos implica a necessidade de se repensar conteúdos ministrados sob o risco de burocraticamente cumprir um planejamento curricular sem que os alunos de fato tenham aprendido.

No entanto, há que se garantir que o aluno possa superar e desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em sua situação de vida diária, e também em situação de trabalho que lhe favoreça resgatar a sua dignidade e o exercício pleno de sua cidadania.

É realizada a análise do currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) no início e no fim de cada ano letivo. No entanto, no presente ano letivo, haja vista a proposta de um plano voltado para a recuperação dos saberes prévios, cuja aprendizagem foi prejudicada pelo contexto pandêmico provocado pela Covid-19, foi possível observar o estreitamento no tempo de análise do material acima citado, segundo o desempenho dos estudantes no processo de avaliação formativa. Assim sendo, o currículo segue em contínuo movimento! O objetivo, com isso, é fazer com que a escola, a partir de sua realidade e das observações do corpo docente, construa um currículo adaptado com ritmos e ordenação de conteúdos que melhor se adequem aos estudantes de sua comunidade escolar e aos objetivos educacionais observados para cada

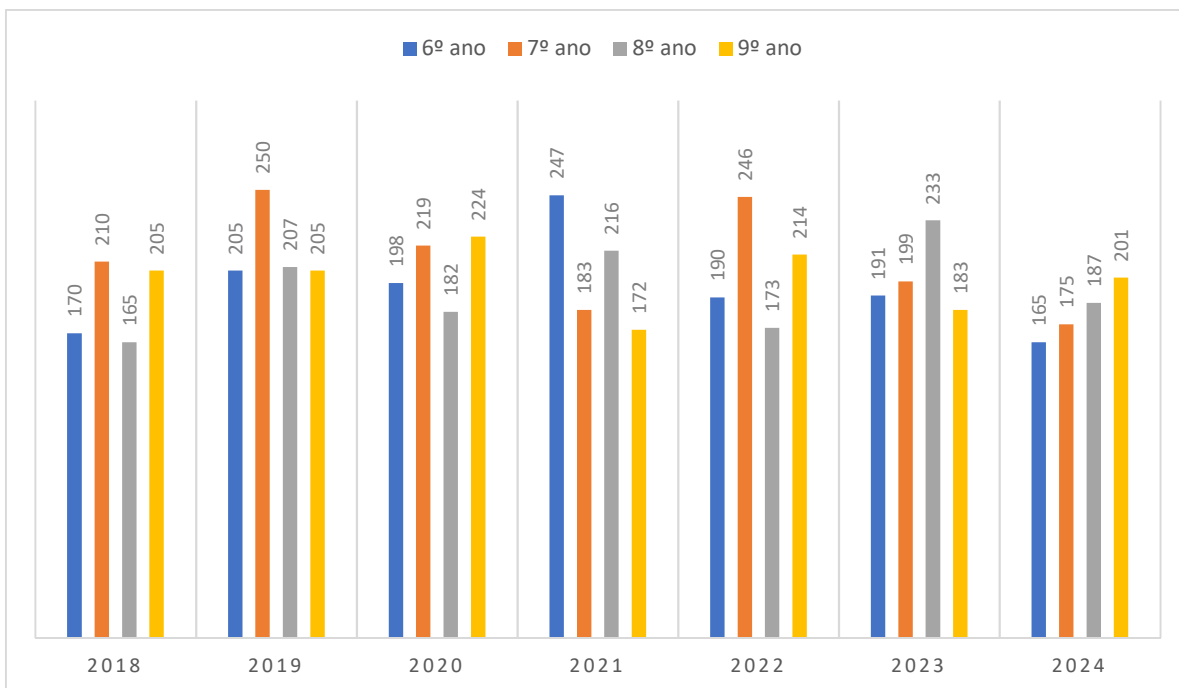
ano e etapa de ensino. A ideia é desenvolver tempos, espaços e oportunidades educacionais flexíveis e que sejam mais significativos ao contexto concreto da escola. Ao longo do ano letivo, essas ações ocorrem nos momentos das coordenações pedagógicas. Os professores, das diferentes áreas do conhecimento, reúnem-se para elaborar seus planos de ensino, com temas consonantes entre os componentes curriculares. Esse trabalho coletivo impulsiona as unidades didáticas, pois abre um leque de possibilidades, que pode ser ampliado e ressignificado, pelos docentes, a partir de suas opções teórico metodológicas. Cabe destacar também outra estratégia adotada para fortalecer a construção dos saberes e aprendizagens. Trata-se das saídas de campo, em que a teoria é associada à prática, as quais se tornam possíveis devido ao transporte cedido pela SEEDF, conforme a Portaria 192, de 10 de junho de 2019. A integração entre o saber teórico e a prática está no fato de proporcionar a consolidação das aprendizagens, uma vez que ocorrem sob um planejamento e trabalho coletivo que envolve quase sempre mais de uma disciplina. Esse tipo de trabalho é definido a partir de uma proposta inicial e deve ser organizado em torno das unidades didáticas e da proposta de um plano coletivo, em que as áreas analisam seus Currículos e dialogam sobre como alcançar um objetivo de aprendizagem. É idealizado, pela equipe de Gestores, Coordenadores e Professores, no início de cada ano letivo, a partir do levantamento prévio do que foi possível trabalhar, com êxito, no ano letivo anterior. Não possui uma programação ou roteiro fixo a ser seguido anualmente. Orientando todo o processo de planejamento das unidades didáticas, está a Avaliação diagnóstica, passo inicial da Avaliação formativa. Ela é aplicada no início de cada ano letivo, visando ordenar, estruturar e articular uma organização que favoreça o alcance dos objetivos de aprendizagem com vistas à garantia do conhecimento de todos os estudantes. No presente ano letivo, por exemplo, a diagnóstica ocorreu no mês de março e envolveu todos os componentes curriculares. Cada componente avaliou elementos basilares, necessários para a construção dos Objetivos de aprendizagens propostos para os Blocos I e II dos Anos Finais, os quais dispostos no Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018). O mapeamento do resultado da avaliação diagnóstica norteou o Plano de trabalho do CEF 14, em especial o reforço, os reagrupamentos e os projetos interventivos. Quanto mais pontual for o nosso trabalho, melhor será o nosso alcance no que diz respeito à aprendizagem de todos e à qualidade do ensino ofertado no CEF 14. Esse plano de trabalho torna possível a manutenção da aprendizagem, em um campo marcado pela vulnerabilidade, e a oferta de um trabalho qualitativo e democrático. A avaliação diagnóstica é, nesse contexto, o instrumento inicial para a coleta de dados essenciais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola, é motivadora do planejamento das ações

que se fazem necessárias em todo o processo educativo. Levando isso em conta, é planejada de forma a ponderar todos os componentes curriculares no início de cada ano letivo. Cabe salientar que sua elaboração, de acordo com as possibilidades, deve procurar a integração entre as diferentes áreas do saber. Os resultados dessa avaliação são sistematizados por meio de planilhas eletrônicas desenvolvidas pela própria escola, as quais são capazes de apresentar dados referentes ao aluno, individualmente, e ao conjunto das turmas. Esses resultados servem, para além de orientar os planejamentos das unidades didáticas, como ponto de partida para a análise do desenvolvimento dos estudantes, visando à proposição de estratégias pedagógicas, tais como, projeto interventivo, reagrupamento e o acompanhamento pedagógico individual ou coletivo, resguardando para que essa avaliação não se torne um fim em si. Aliados a estas ações, estão os Projetos desenvolvidos na escola, os quais possuem grande relevância, pois são atividades com propostas que vão de encontro com as necessidades reais do contexto escolar no qual a escola e seus estudantes estão inseridos e envolvem a participação de professores de áreas de conhecimento diferentes que buscam estabelecer conexões entre seus conteúdos e a realidade. O objetivo dos projetos, com isso, é que o estudante seja capaz de perceber relações entre os componentes curriculares, perpassados pelos temas transversais (ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo e saúde), e seja capaz de fazer análises mais complexas sobre os problemas que surgem no seu cotidiano. Problemas esses que, inevitavelmente, fazem parte de um contexto mais amplo que as “caixinhas” isoladas que cada disciplina poderia proporcionar. Por fim, o CEF 14 trabalha continuamente na reavaliação do Currículo local, elaborado para a sua comunidade escolar, o qual é vivo, pois se movimenta de acordo com a aquisição de saberes dos seus estudantes.

11 INDICADORES DE DESEMPENHO ESCOLAR

11.1.1 Matrículas: 2017/2024

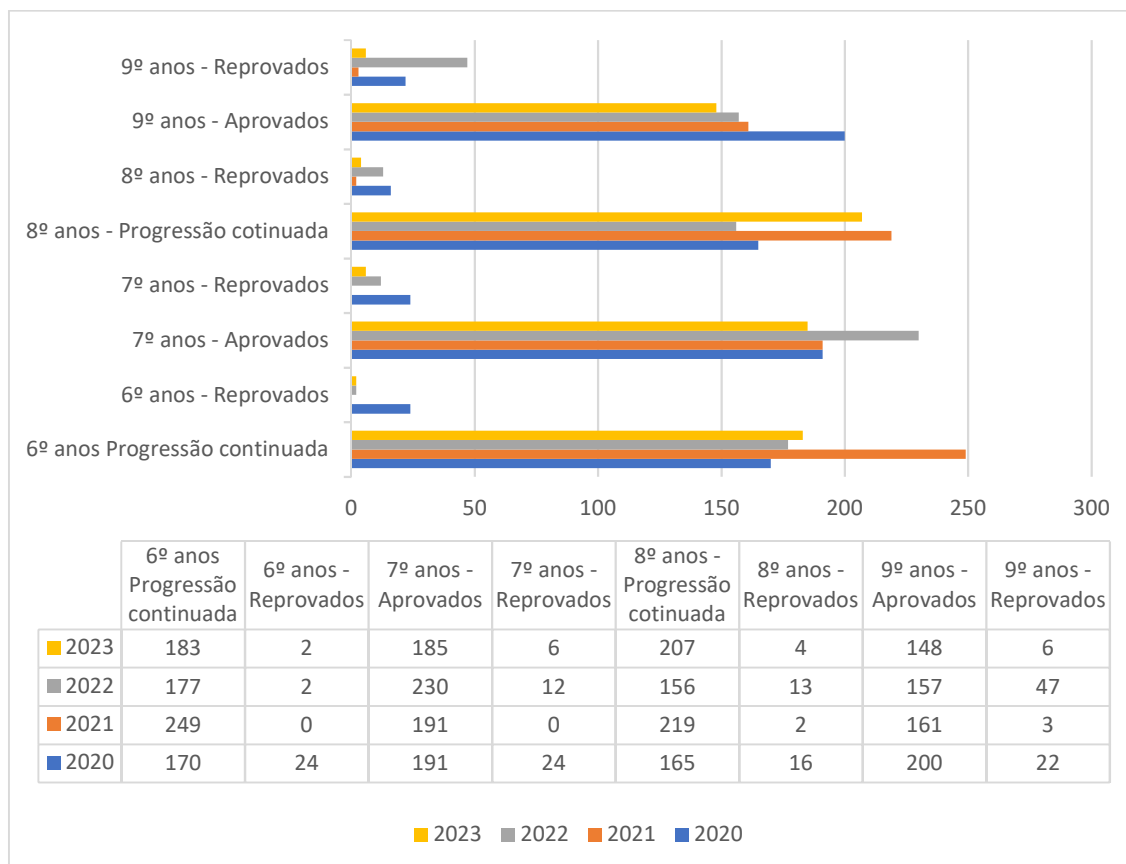
Nos auxiliam analisar o fluxo de alunos em função de fatos ou situações específicas, identificar e relacionar com aprovação, evasão e reprovação, dentre outros.



Dados utilizados:

Matrículas:2018/2024				
	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
2018	170	210	165	205
2019	205	250	207	205
2020	198	219	182	224
2021	247	183	216	172
2022	190	246	173	214
2023	191	199	233	183
2024	165	175	187	201

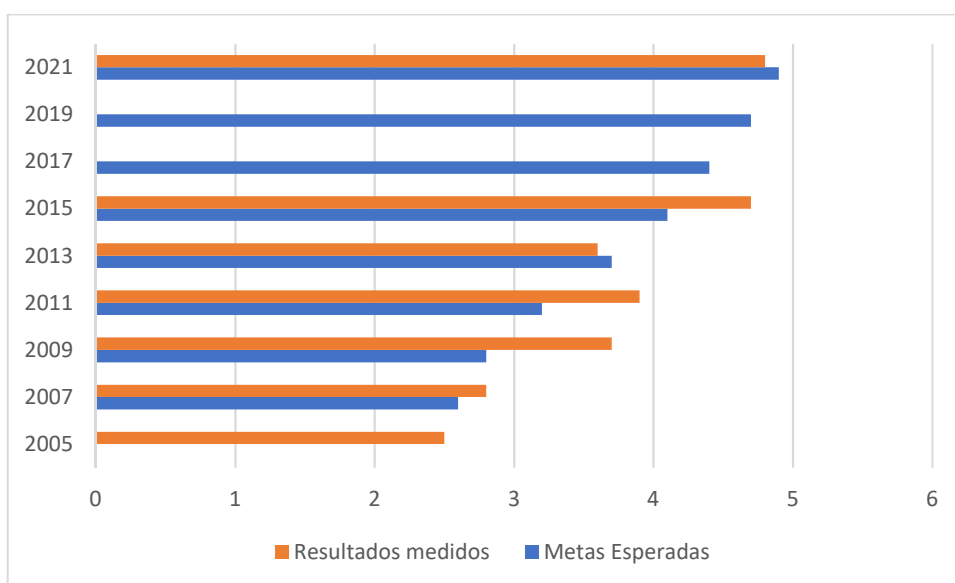
11.2 Rendimento Escolar – 2020/2023



11.3 Indicadores Externos

A partir do ano letivo de 2005 os estudantes do CEF 14 que cursam 9ª ano do Ensino Fundamental são submetidos a uma avaliação do Governo Federal, intitulada Prova Brasil, tendo seus dados agrupados para a verificação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), baseando-se em indicadores oficiais de fluxo e desempenho. Desde então nossos estudantes vinham superando as metas esperadas em 2007, 2009 e 2011. Em 2013 a perspectiva mínima sugerida por este índice não foi atingida. Em 2014 foram implantados programas como o de correção da distorção idade/série CDIS, Escola Integral, Projeto “O #Tamojunto” e reforço escolar. Assim, em 2015 a escola supera novamente as metas esperadas para esse ano, que era de 4,1, atingindo 4,7. De 2005 até 2021 foram mensurados os seguintes resultados pelo IDEB. Em 2017 e 2019 escola ficou sem índice. Vale ressaltar que a equipe pedagógica da gestão anterior desenvolveu todas as estratégias possíveis para a realização dessa avaliação externa. Porém por diversos fatores a escola ficou sem o índice.

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Metas Esperadas		2,6	2,8	3,2	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9
Resultados medidos	2,5	2,8	3,7	3,9	3,6	4,7	-	-	4,8



12 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

Assim como toda a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, o CEF 14 já está inserido no sistema de Ciclos de aprendizagem no Ensino Fundamental. A escola oferece o Ensino Fundamental anos finais, sendo 6ºs e 7ºs ano no turno vespertino (13:15 às 18:15) e 8ºs e 9ºs anos no turno matutino (07:15 às 12:15). Atualmente a escola funciona com dois blocos que contam com salas ambientes: Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Ciências, Educação Física, História, Geografia, Artes e PD, contemplando as seguintes turmas:

- 7 (sete) turmas de 6º ano no sistema de Ciclos;
- 7 (sete) turmas de 7º ano no sistema de Ciclos;
- 7 (sete) turmas de 8º ano no sistema de Ciclos;
- 7 (sete) turmas de 9º ano no sistema de Ciclos.

O trabalho pedagógico é realizado observando o Currículo Escolar adotado pela

Secretaria de Educação, abordando temas transversais como: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade e os projetos da Instituição de Ensino.

Em termos práticos, a existência desses projetos interdisciplinares na matriz curricular sempre dependerá das condições apresentadas a cada ano. O número de turmas por série e a modulação aprovada para o ano são os fatores que realmente influenciam e definem o projeto a ser realizado nessas aulas, ao contrário do previsto no art. 14 da resolução no 01/2003 do CEDF que afirma

(...) a Parte Diversificada do currículo, de escolha da instituição educacional, deverá estar em consonância com a sua Proposta Pedagógica, integrada e contextualizada nas áreas de conhecimento, contemplando um ou mais componentes curriculares, por meio de disciplinas, atividades ou projetos interdisciplinares, coerentes com o interesse da comunidade escolar.

Durante a semana são realizados três encontros com os professores (uma coordenação coletiva às quartas-feiras, uma coordenação individual por área com acompanhamento da supervisão e coordenação pedagógica e uma coordenação coletiva por área com atendimento aos alunos nos grupos de estudo em turno contrário). Nas Coordenações Individuais, além de atenderem pais, os professores desenvolvem projetos interventivos como forma de corrigir as defasagens diagnosticadas.

São desenvolvidos projetos em todas as disciplinas. Também realizam os planejamentos individuais, estratégias de avaliação e atividades que serão desenvolvidas com as turmas. As Coordenações coletivas são usadas para formação continuada dos professores e para discutir temas variados de interesse do grupo de professores e da comunidade escolar. As coordenações também são utilizadas para a realização dos Conselhos de Classe Participativos e planejamento dos Projetos Específicos a serem desenvolvidos bimestralmente e também estudo dos documentos que norteiam a educação pública no Distrito Federal.

Assim, o planejamento e acompanhamento pedagógico, objetivo das coordenações pedagógicas, requer uma preocupação em se fortalecer o tempo conquistado para que elas ocorram, de modo que seja significativa e não uma formalização de cumprimento de carga horária. Há também de existir sempre a intenção de proporcionar espaços dentro da escola para que haja ambiente propício ao planejamento individual e coletivo.

12.1 Direitos Humanos, Educação Inclusiva e Diversidade

Tendo como referência a legislação federal e as diretrizes da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no que se refere a Direitos Humanos, Educação Inclusiva e Diversidade, o Centro de Ensino Fundamental 14, de Ceilândia, organiza-se a fim de assegurar que os direitos de todos os estudantes sejam garantidos. Para tanto, oferece Serviço de Orientação Especializado, Sala de Recursos Generalista e Projetos Interdisciplinares, como o da “Consciência Negra”, realizado no final do ano.

O CEF 14 procurará garantir não apenas o ingresso e permanência de seus alunos, mas também que o ensino ofertado venha a ser de qualidade, atingindo seu propósito de formação de cidadãos críticos capazes de exercer seus direitos. Esta garantia se estenderá a todos, independente de qualquer condição social, econômica, credo, etnia, ou orientação qualquer que seja. Valorizando inclusive a diversidade como forma de construção mais ampla de conhecimento numa perspectiva de interação social. Descrever, em linhas gerais, a organização das aprendizagens no sentido de garantir o acesso ao currículo e a operacionalização da progressão curricular generalista/específica. Cada estudante, independentemente de sua etnia, gênero, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação, tem direito ao acesso, permanência na unidade escolar e uma aprendizagem significativa.

12.2 Relação escola e Comunidade

Entendendo a importância da participação da família na formação do estudante e da comunidade como um todo se envolvendo e respaldando a prática pedagógica exercida na escola, buscar-se-á oportunizar e incentivar momentos em que esta interação possa ocorrer de forma sistemática até que seja natural.

A participação da comunidade normalmente acontece a convite da Direção o do Conselho Escolar, para:

- Prestação de contas sobre a aplicação dos recursos recebidos do Governo Federal ou Governo Local;
- Participação nas reuniões de pais, que ocorrem ao final de cada bimestre, ou em convocações. Nestas ocasiões é comum ouvirmos relatos de pais que têm pressa em serem atendidos, muitas vezes não dando atenção à equipe pedagógica;
- Eventos como mostra cultural e festa das nações;

- Acompanhamento e colaboração no processo de aprendizagem dos estudantes.

Uma alternativa para melhorar a participação dos responsáveis na escola podem ser os Conselhos de Classe participativos, que serão implantados a partir da elaboração deste Projeto Político Pedagógico. O objetivo é que as famílias compareçam à escola não apenas para tomar ciência das ocorrências disciplinares dos seus filhos, mas também para participarem efetivamente, sugerindo e opinando nas decisões acerca dos procedimentos avaliativos da escola.

13 REDE DE APOIO: PAPÉIS E ATUAÇÃO

13.1 AEE – Atendimento Educacional Especializado

O atendimento educacional especializado é realizado na sala de recursos generalista por dois profissionais, uma com habilitação em letra/inglês e outra em matemática, devidamente qualificadas para esse fim. a sala de recursos generalista é um ambiente de investigação e compreensão dos processos cognitivos, sociais e emocionais, visando a superação das dificuldades de aprendizagens e desenvolvimento de diferentes possibilidades dos sujeitos. nesse ambiente se oferece a complementação do atendimento educacional realizado em classe comum, por professores especializados.

O público alvo da Sala de Recursos Generalista abrange estudantes Portadores de Deficiência Física, Deficiência Intelectual e Transtorno Global do Desenvolvimento, devidamente respaldados por laudos e/ou relatórios médicos.

São atendidos em turno contrário à regência de classe, em dois ou três dias da semana, durante aproximadamente uma hora

O acompanhamento é feito individualmente ou em pequenos grupos, respeitando as especificidades de cada aluno. Nela são atendidos alunos de diversas faixas etárias matriculados em diferentes níveis ou tipo de ensino, sempre que necessitarem de atendimento especializado. Este atendimento não pode ser confundido com reforço escolar ou mera repetição dos conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas devem constituir um conjunto de procedimentos específicos, mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos. Busca o envolvimento das famílias na educação e inclusão escolar dos estudantes com necessidades educacionais especiais (ENEE's).

Os professores que se dedicam a este trabalho buscam garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada estudante com necessidades educacionais especiais. É

um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento.

Desta forma, promovem as condições de inclusão dos estudantes em todas as atividades da escola; participam do processo de identificação e avaliação pedagógica das necessidades especiais e tomada de decisões quanto ao apoio especializado necessário para o estudante; atuam como docente nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado; informam a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional; participam de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante com necessidades educacionais especiais ao currículo e sua interação no grupo; indicam e orientam o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade; orientam as famílias quanto ao seu envolvimento e participação no processo educacional; responsabilizam-se pela garantia da realização das adequações curriculares necessárias ao processo educacional dos ENEE's (estudantes com necessidades educacionais especiais) e articulam com gestores e professores para que o Projeto Político Pedagógico da escola se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

14 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

O CEF 14 conta com dois profissionais atuando na OE. É desenvolvido um serviço de orientação e suporte educacional que visa contribuir, no contexto escolar, para o fortalecimento do potencial do indivíduo e da sua capacidade de superar obstáculos sociais, emocionais e de aprendizagem. É parte integrante dos atores institucionais compondo a equipe pedagógica das escolas em suas diferentes modalidades de ensino. Pois, permanentemente, no processo ensino e aprendizagem em sua articulação e mediação entre a cultura escolar, a realidade social e o contexto socioeconômico em que a comunidade está inserida. Na perspectiva de prevenção primária dos problemas de aprendizagem, dificuldade relacional e sócia adaptativa a OE atua em todo cotidiano escolar, nas Coordenações Coletivas, Conselho de Classe, e em Parceria com a Rede Social de Atendimento, como Programa de Saúde na Escola, uma parceria com o Posto de Saúde nº 09 da Secretaria de Saúde do DF e em Programas Institucionais de Interesse a sua clientela e entre outros.

As metodologias utilizadas são: Observações dirigidas na sala de aula e nos corredores (entrada, saída e intervalo); Entrevistas dirigidas e espontâneas a alunos, professores e

familiares; Oficinas e projetos; Pesquisas de perfil socioeconômico, cultural do aluno e família; Pesquisas no Livro de Ocorrências da Escola; Pesquisas no dossiê do aluno (Secretaria da Escola).

15 EQUIPE ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM

O CEF 14 recebe atendimento do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem desde o ano de 2015. Desde então houve várias mudanças quanto à atuação do serviço nesta instituição escolar. Atualmente a escola não dispõe de pedagogo, pois a pedagoga aposentou no início do ano letivo de 2020.

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA) – Anos Finais do Ensino Fundamental- tem como objetivo promover a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, atuando de forma institucional, bem como de forma avaliativa e preventiva, junto às instituições atendidas por esta equipe. Este serviço visa ainda contribuir para o aprimoramento da atuação dos profissionais das instituições educacionais, bem como colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes, com ou sem necessidades educacionais especiais. Busca contemplar todos aqueles que fazem parte desta UE, de forma direta e indireta, ressaltando que o foco deve ser de uma cultura de sucesso escolar.

A atuação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem pauta-se em três dimensões concomitantes e contextualizadas:

1. Mapeamento institucional das instituições educacionais;
2. Assessoria ao trabalho coletivo da equipe escolar;
3. Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, por meio da ressignificação das práticas educacionais e de intervenções específicas nas situações de queixas escolares.

São atribuições da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem:

1. Refletir e analisar o contexto de intervenção da sua prática, por meio da análise das características gerais da instituição educacional;
2. Contribuir, em parceria com os demais profissionais da instituição educacional, para a promoção da análise crítica acerca da identidade profissional dos atores da instituição educacional, principalmente do corpo docente, de modo à

ressignificar suas atuações;

3. Favorecer o desempenho escolar dos estudantes, com vistas à concretização de uma cultura de sucesso escolar, por meio de situações didáticas de apoio à aprendizagem e de alternativas teórico-metodológicas de ensino para a construção de habilidades e competências dos estudantes;
4. Atuar junto à família e à comunidade escolar de forma preventiva e interventiva, tornando-as corresponsáveis no desenvolvimento e na aprendizagem dos estudantes.

15.1 Atuação dos/as Educadores/as Sociais Voluntários/as, Educadores/as Comunitários/as, Monitores/as, Entre Outros.

Atualmente contamos com cinco educadoras sociais voluntárias uma o dia todo, duas no matutino e duas no turno vespertino. Elas acompanham os estudantes ENEE's que necessitam desse apoio

15.2 Metodologias de Ensino Adotadas

As metodologias de ensino adotadas no CEF 14 de Ceilândia seguem as diretrizes do 3º Ciclo para as aprendizagens. Após a análise dos resultados internos e externos, no espaço de coordenação, a equipe docente é orientada à revisão curricular, após aos planos, de tendência interdisciplinar. Como orientado, o plano de ensino-aprendizagem deve conter letramento e ludicidade, preferencialmente por meio de uma sequência didática que promova a aprendizagem significativa. A avaliação é formativa, de maneira que o estudante participe de todo o processo e seja avaliado em diferentes possibilidades no dia a dia da escola. A recuperação é contínua.

15.3 Plano de Ação da Coordenação Pedagógica

AÇÕES	Objetivos	Estratégia	Cronograma	Responsáveis
Atendimento disciplinar	Mediação de conflitos	Escuta, Regimento, orientação	Anual	Euclides, Marcio

Organização da Dinâmica diária da escola	Manutenção da rotina escolar	Planos de logística	Anual	Euclides, Marcio
Reprodução de materiais	Garantia de material para a ação docente	Trabalho de mecanografia	Anual	Euclides, Marcio, Eva, Fernando e Feliciano.
Acompanhamento das ações pedagógicas.	Realização dos planos pedagógicos.	Suporte à Supervisão pedagógica/ Direção	Anual	Euclides, Marcio e Judite

15.4 Plano para Recomposição das Aprendizagens

Com a pandemia, houve dificuldades para a aquisição dos conhecimentos; logo, tornou-se necessário rever os objetivos de aprendizagem previstos no currículo para os Anos Finais do Ensino Fundamental. A finalidade é, a partir de então, evidenciar aprendizagens essenciais. Destarte, seguindo o norte sugerido pela SEEDF, o CEF 14 observará o instrumento Organização Curricular: Ensino Fundamental, 3º Ciclo – Anos Finais (2022), tendo em vista a proposta de um percurso pautado em objetivos considerados indispensáveis para o desenvolver dos componentes curriculares. Assim sendo, a partir do 1º bimestre de 2022, o plano de recomposição das aprendizagens considerou a recuperação das aprendizagens, a avaliação formativa, a avaliação diagnóstica, a flexibilização curricular e a priorização dos objetivos de aprendizagem essenciais.

Ações	Objetivos	Estratégia	Cronograma	Responsáveis
AValiação DIAGNÓSTICA	Determinar fragilidades e potencialidades	Teste, prova	1º Semestre e 2º Semestre	Equipe Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe
FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	Reformular o currículo em rede	Debate	2º Semestre	Equipe Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe docente.
PRIORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM ESSENCIAIS	Observar as aprendizagens essenciais	Debate	1º Semestre e 2º Semestre	Equipe Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe docente

RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	Garantir aprendizagens essenciais e significativas	Atividades pedagógicas diversas	1º Semestre e 2º Semestre	Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe docente, Estudantes
AValiação FORMATIVA	Medir o índice de aprendizagem	Instrumentos de avaliação diversos	1º Semestre e 2º Semestre	Equipe Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe docente, Estudantes
ACOMPANHAMENTO FAMILIAR	Provocar a participação da família e da escola	Reunião de pais e mestres	1º Semestre e 2º Semestre	Equipe Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe docente, Família

15.5 Estratégias de Valorização e Formação Continuada dos Profissionais de Educação

Em 2021, após a avaliação diagnóstica, a maior fragilidade encontrada foi a do letramento, especialmente em Língua portuguesa, Matemática, Geografia e História. Infelizmente ainda é visível a questão do analfabetismo funcional. Para intervir, foram realizadas formações nos espaços de coordenação, entre elas a do letramento em língua materna e em Geografia e História. Em 2024, esse problema ainda persiste, adicionando o da alfabetização, ou seja, boa parte dos estudantes, em especial do Bloco I, estão ainda em processo de alfabetização. O processo de formação dos professores se dá, geralmente, por causa de interesses pessoais ou por causa de provocações após os debates relativos aos índices internos. Assim sendo, além dos períodos de formação ofertados pela própria UE, o docente pode participar de cursos de formação oferecidos por empresas privadas e públicas. A mais referendada é a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE).

15.6 Plano de Permanência e Êxito Escolar dos Estudantes

Em 2022, o CEF 14 de Ceilândia concluiu o ano letivo com estudantes reprovados. No que diz respeito ao abandono, foi registrado o total de 81 estudantes, apesar da busca ativa coordenada pelo Serviço de Orientação Educacional.

15.7 Uniforme, Regimento interno e Regimento Disciplinar

15.7.1 Orientações e informações aos estudantes

Durante todo o ano letivo a escola é onde ficamos uma boa parte do nosso dia. É um local de muita aprendizagem, mas também de interação e socialização. Por ser um espaço de convivência coletiva, alguns cuidados e atitudes são fundamentais para favorecer o convívio agradável e especial.

15.7.2 Horários de início e término de cada turno de aulas

MATUTINO		VESPERTINO	
Entrada	O portão estará aberto a partir das 7h	Entrada	O portão estará aberto a partir das 13h
Saída	12h15min	Saída	18h15min

- O aluno terá eventualmente uma tolerância de 15 (quinze) minutos na entrada de cada turno. Após esse tempo somente aceitaremos justificativas com a presença dos pais/responsáveis ou com a apresentação de atestado médico;
- Em caso de atrasos recorrentes os responsáveis serão convocados a darem explicações;
- Eventuais saídas antecipadas só serão permitidas com autorização da Direção após contato com os responsáveis.

15.7.3 11.8.3 Horário de atendimento da secretaria

Dias da semana	Segunda	Terça	Quarta	Quinta
Matutino	7h30min às 11h30min	7h30min às 11h30min	7h30min às 11h30min	7h30min às 11h30min
Vespertino	13h30min às 17h	13h30min às 17h	13h30min às 17h	13h30min às 17h

15.7.4 Uniforme

- É obrigatório o uso do uniforme fornecido pela Secretaria de Educação do Distrito Federal.
- É proibida a customização do uniforme.

15.7.5 Direitos do estudante

- Conhecer as normas e o regimento da escola;

- Vivenciar e praticar atitudes de respeito, honestidade, igualdade, comprometimento, excelência e uso consciente de recursos, dentro e fora da escola;
- Ser tratado com respeito, honestidade e igualdade por colegas, professores, independente de gênero, orientação sexual, etnia, raça, nacionalidade e de convicções religiosas, políticas e/ou filosóficas;
- Ser ouvido pela equipe escolar em suas sugestões e solicitações, garantindo liberdade de expressão e mantendo o respeito às diferentes opiniões;
- Receber orientação e apoio pedagógico para tirar as dúvidas e possíveis dificuldades ao longo da sua aprendizagem;
- Ter atividades pedagógicas e intervalos nos horários previamente estabelecidos.
- Ser atendido pelo serviço de Orientação Educacional da escola.

15.7.6 Deveres dos alunos

- O aluno deverá zelar por seus materiais de uso pessoal;
- A escola não se responsabiliza por objetos pessoais do aluno, subtraídos ou esquecidos nas dependências;
- O aluno não poderá sair de sala sem a devida autorização;
- Estudar, fazer tarefas, trabalhos e apresentar todo o material escolar conforme o horário das aulas;
- Comparecer pontualmente e assiduamente às atividades escolares;
- Apresentar atestados ou justificativas em até 48 horas após emissão;
- Manter em dia as atividades escolares em geral;
- Zelar pela limpeza permanente e conservação das instalações e dependências da escola, bem como materiais, móveis, carteiras, utensílios do estabelecimento;
- Cuidar bem dos livros didáticos a fim de devolvê-los em bom estado de conservação no final do ano letivo;
- Entregar, quando solicitado, todo e qualquer objeto inadequado que esteja portando nas dependências do Colégio;
- Comportar-se adequadamente, dentro e nas imediações do Colégio ou quando em uso do uniforme escolar;

15.7.7 É vetado ao estudante

Agora que você conhece seus direitos e deveres, esclarecemos que os comportamentos e atitudes listados abaixo não serão permitidos dentro dos ambientes de nossa escola:

- Trazer refrigerantes para uso pessoal ou coletivo, bem como pedir para alguém comprar;
- Trazer para a escola, portar e/ou fazer uso de pincel atômico, armas, estiletas, canivetes, facas, material pontiagudo/cortante, ou qualquer objeto que possa colocar em risco a segurança física, moral e psicológica de si próprio ou de terceiros;
- Usar, em sala de aula, material que não seja para uso didático-escolar, tais como: celular, jogos eletrônicos e aparelhos eletrônicos. (A escola não se responsabiliza pelos mesmos);
- Circular nas Dependências da escola utilizando bicicleta, skates, patins dentre outros;
- Trazer, fornecer ou fazer uso de substâncias como drogas e bebidas alcoólicas nas dependências ou imediações da escola;
- Fazer uso de cigarros, (inclusive eletrônico) nas dependências ou imediações da escola;
- Furtar ou roubar objetos, documentos ou valores de colegas e profissionais da escola;
- Incentivar, participar e/ou filmar brigas e agressões;
- Brigar dentro ou nas proximidades da escola;
- Sair da sala de aula na troca dos professores;
- Atrasar no retorno do intervalo
- Realizar atividade de outra disciplina durante a aula;
- Produzir ou compartilhar conteúdos, tais como: imagens, vídeos, memes, posts, abaixo-assinados e outras publicações, inclusive em redes sociais, que exponham de forma constrangedora, a escola, seus profissionais, alunos ou a si mesmo.

15.7.8 Medidas educativas/ disciplinares

Quando as regras de convivência não são respeitadas se faz necessário a aplicação de algumas medidas, que além de proporcionar reflexão, trazem a oportunidade de aprendizagem.

Saiba quais são elas:

- Aconselhamento;
- Advertência oral;
- Advertência escrita (três advertências escritas poderão ocasionar suspensão das aulas);
- Atividades com fins educativos;
- Suspensão assistida e orientada de até três dias consecutivos;
- Transferência.
- As medidas disciplinares serão aplicadas:
- Pela Direção, Supervisão e Coordenação, no caso de a advertência ser oral e escrita;
- Pela Direção, no caso de suspensão e transferência.

O aluno que sofrer suspensão só poderá frequentar as aulas normalmente após o comparecimento dos pais e/ou responsáveis.

15.7.9 Danos ao patrimônio

O aluno é responsável pelo zelo de todos os bens públicos da escola. Caso ele venha a danificar ou pichar qualquer item do patrimônio, seu responsável terá que, obrigatoriamente arcar com as despesas de reposição do bem avariado.

16 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DA APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

16.1 Prática Avaliativa: Procedimentos, Instrumentos e Critérios de Aprovação

Conforme as diretrizes de avaliação educacional da SEEDF (2014) e o Regimento das escolas públicas do DF, o CEF 14 vem procurando aprimorar as práticas e estratégias de avaliação para as aprendizagens escolares dentro da concepção de avaliação formativa. Neste sentido, faz-se necessário uma reflexão mais profunda sobre a prática avaliativa do CEF 14, visando o aperfeiçoamento ou introdução de práticas que façam parte do processo de ensino e de aprendizagem bem como redefinir aquelas que consciente ou inconscientemente restringem-se apenas a necessidade de o aluno ter nota, ser classificado.

16.2 Avaliação para as Aprendizagens

O subtítulo Avaliação contempla o disposto nas Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala (2014 – 2016). Nesse sentido, o ato de avaliar no CEF 14 de Ceilândia é guiado pela Avaliação Formativa, Avaliação Formal e Informal e a Avaliação do Trabalho da Escola por Ela Mesma.

A avaliação para as aprendizagens orienta o desenvolvimento do processo avaliativo em todas as escolas da rede pública do Distrito Federal, as concepções e as práticas da avaliação formativa pretendem acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. Nesse padrão de avaliação, não são os instrumentos/procedimentos que definem a função formativa, mas a intenção do avaliador, o docente, e o uso que faz deles. Nesse sentido, são propostas diferentes formas de avaliar que contribuam para a conquista das aprendizagens por parte de todos os estudantes. A avaliação formativa serve para que os processos sejam conduzidos de maneira atenta e cuidadosa, a fim de que não se priorize o produto (quantidade) em detrimento da qualidade. A avaliação formativa será a da observação do desempenho e do crescimento do estudante em relação a ela mesma e jamais de sua comparação com os pares. Ao avaliar, são guias primordiais do planejamento e das práticas: as expressões, a construção do pensamento e do conhecimento, o desenvolvimento do estudante, bem como as suas necessidades e interesses. A observação, devidamente planejada, sistematizada e acompanhada do registro das informações coletadas, constitui a avaliação formal. A Família também deve estar comprometida com o processo de avaliação adotado pela SEEDF. A inserção da família no processo avaliativo amplia as possibilidades de compreensão dos trajetos vivenciados pelos estudantes e de suas aprendizagens, uma vez que a participação desse segmento é importante e fortalece o diálogo com a escola. O Dever de casa, enquanto avaliação informal, prática bem presente na escola, caracteriza-se por ser uma atividade extensiva do trabalho feito em sala de aula, de maneira que o estudante tenha condições de realizá-lo para a construção de uma postura autônoma e emancipada. Nesse sentido, o Dever de casa não pode ser conduzido, pela escola, de modo irrefletido; logo, os critérios e os objetivos devem ser bem delineados e avaliados, a unidade escolar deve evidenciar o objetivo a ser alcançado, claramente para familiares e estudantes. No que diz respeito ao procedimento de recuperação, a recuperação contínua deve ser aplicada ao longo dos bimestres, de acordo com a necessidade dos alunos e da forma mais adequada a cada avaliação realizada e escolhida pelo professor, individualmente ou em grupos, segundo o que for decidido em coordenações coletivas.

A Recuperação de estudos é prevista na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 12, inciso V, para

“prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”, destina-se à obtenção de aprendizagem que possibilite ao estudante ser promovido de um ano/série a outro/a. Um longo caminho precisa ser percorrido para que ela se associe à avaliação formativa. Para que se inicie a construção desse entendimento e a prática correspondente, recomenda-se a realização de intervenções pedagógicas contínuas junto a todos os estudantes, sempre que suas necessidades de aprendizagem forem evidenciadas. Desse modo, o avanço das aprendizagens ocorrerá de forma tranquila, sem lacunas, sem tropeços e sem aligeiramento, de acordo com as condições de aprendizagem de cada estudante. Este é o papel da escola democrática, comprometida com as aprendizagens de todos. Orienta-se a escola para que utilize a avaliação diagnóstica permanentemente para constatar as necessidades de cada estudante e organize os meios de mantê-lo em dia com suas aprendizagens.

A autoavaliação dos estudantes é importante nesse processo. A Autoavaliação é um componente essencial da avaliação formativa. É o processo pelo qual o próprio estudante analisa as atividades desenvolvidas e em desenvolvimento, registra suas percepções, sentimentos e identifica futuras ações, para que haja avanço na aprendizagem. Em tempo, o registro da intervenção processual (recuperação) será realizado nos diários, em que constarão as necessidades apresentadas pelos estudantes e os relatos das atividades realizadas para a promoção do seu avanço.

A intervenção poderá ser conduzida por meio de atividades diversificadas, no horário de aulas ou no contraturno, assim como por meio de reagrupamentos, projetos interventivos e outros recursos criados pela escola, sempre considerando a etapa e as condições de aprendizagem em que o(s) estudante(s) se encontra(m). O Registro de Avaliação é de responsabilidade do docente que responde pela turma e ou por um determinado componente curricular. Para elaboração do registro de avaliação é preciso que o mesmo contenha elementos da avaliação diagnóstica observados pelo docente e ou pelo Conselho de Classe. O registro avaliativo deve ser útil para uso profissional e técnico do docente que o elabora e para as demais instâncias/colegiados que necessitem utilizar essas informações. No que concerne ao regime de Progressão parcial (dependência) assegura ao aluno a possibilidade de prosseguir seus estudos no ano subsequente quando seu aproveitamento for insatisfatório em até dois componentes curriculares. A opção por tal regime é facultativa, não se aplicando quando o aluno for retido em função de frequência inferior a setenta e cinco por cento.

No Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia a Dependência acontece mediante um compromisso firmado entre a escola e a família, ficando esta responsável por acompanhar o

estudo domiciliar do aluno que deverá comparecer à instituição escolar para submeter-se às avaliações e/ou trabalhos realizados sob a supervisão do professor responsável pela disciplina. Caso o aluno não apresente rendimento satisfatório nos estudos de dependência, mas evidenciar desempenho satisfatório no ano que está cursando, deverá ser promovido para o ano seguinte. O resultado da dependência deve ser registrado em ata própria, na ficha individual do aluno e no histórico escolar. Deve ser realizada preferencialmente nos três primeiros bimestres com trabalhos e avaliações, deixando o quarto bimestre para ajustes e novas oportunidades para aqueles que atrasam os trabalhos.

Por fim, a Avaliação institucional denominada Avaliação do Trabalho da Escola analisou a implementação de seu Projeto Político-Pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social do trabalho escolar. A avaliação do trabalho da escola ou sua auto avaliação é interna será permanente. De modo geral, a escola dá mais ênfase aos procedimentos formais de avaliação. Contudo, os procedimentos que compõem a avaliação informal merecem atenção já que exercem significativa influência sobre os resultados do processo avaliativo. 59 O processo formativo de avaliação informal e, portanto, recomendável, ocorre quando se identifica as fragilidades e as potencialidades, e as utilizamos em favor daqueles que participam do processo de avaliação, sem compará-los com os demais.

Os Instrumentos/procedimentos sugeridos para potencializar as práticas de avaliação formativa são: avaliação por pares ou colegas; provas; portfólio na educação presencial (portfólio virtual); registros reflexivos; seminários, pesquisas, trabalhos de pequenos grupos; autoavaliação. Dessa forma, as intervenções didáticas e pedagógicas serão pautadas na lógica do processo de aprendizagem dos estudantes e não, exclusivamente, na lógica conteudista. Na concepção formativa, todos avaliam e são avaliados. As aprendizagens são promovidas por meio da autoavaliação e do feedback (retorno), elementos da avaliação formativa, que estabelecerão o diálogo entre estudante e professor (mediador). A avaliação diagnóstica e a autoavaliação são elementos fomentadores da avaliação formativa. Na Educação especial/inclusiva, a avaliação para as aprendizagens deve observar as necessidades de cada estudante dessa modalidade de atendimento, o currículo, a avaliação, os métodos e as técnicas de ensino devem ser aplicados também à educação especial/inclusiva, com o objetivo precípuo de garantir o direito à educação. As adaptações curriculares são definidas como uma possibilidade de tornar o currículo apropriado ao estudante com deficiência, TGD e altas habilidades/ superdotação.

Conforme as Diretrizes de Avaliação Educacional (2014-2016), a Recuperação Continuada ou “recuperação de estudos” é prevista na Lei n. 9.394/96, a fim de “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” (Artigo 12, Inciso V). Destina-se, conforme escrito nas Diretrizes, à aquisição de nota com vistas à promoção de um ano/série a outro/a. Embora reconheça que “um longo

caminho precisa ser percorrido para que a recuperação de estudos se associe à avaliação formativa” (p. 39), hoje, haja vista as Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 3º Ciclo (2014), a prerrogativa é, de fato, entender e praticar a avaliação formativa, ofertando intervenções pedagógicas contínuas de acordo com as necessidades de aprendizagem dos estudantes. Desde então, a avaliação diagnóstica, primeiro passo da avaliação formativa, ocupou o seu espaço, desde o início do ano letivo. Conforme orienta as Diretrizes voltadas para a avaliação, o registro da intervenção processual (recuperação) deverá ser feito nos diários, em que constarão as necessidades apresentadas pelos estudantes e os relatos das atividades realizadas para a promoção de seu avanço. A intervenção poderá ser conduzida por meio de atividades diversificadas, no horário das aulas ou no contraturno, assim como por meio de reagrupamentos, projetos interventivos e outros recursos criados pela escola, sempre considerando a etapa/modalidade e as condições de aprendizagem do estudante. A nota ou conceito deve resultar do que foi aprendido ao longo do percurso. Reitera-se: não se deve esperar pelo término de uma semana, de um bimestre, semestre ou ano letivo para as intervenções necessárias; estas devem ocorrer desde o primeiro dia de aula e de forma contínua. O ideal é que nada fique para depois.

16.3 Recuperação Continuada

A recuperação contínua não implica necessariamente recuperação de notas, mas de aprendizado. O aluno deve, a qualquer momento que verificada a deficiência em competências e habilidades relacionadas a um conteúdo, ser oportunizado de retomar o processo de ensino aprendizagem para correção dessa falha.

Como o nosso trabalho pedagógico está organizado em Ciclo para a aprendizagem a perspectiva da recuperação deve ser contínua, usando instrumentos como: reagrupamento, projetos interventivos, reforços, diagnose e estudos de caso.

Seguindo a Resolução nº 01/2012 do CEDF, adotamos o regime de progressão parcial com dependência para os alunos com aproveitamento insatisfatório em até dois componentes curriculares.

16.4 Conselho de Classe

As reuniões do Conselho de Classe não podem se resumir a uma conferência de notas, deve ser espaço de reflexões que expressem o pensamento de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem (indicador qualitativo).

Sua legalidade se expressa através do Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal

que delimita suas ações e prerrogativas (Art. 20 a 22). No CEF 14 apresenta uma estrutura que oportuniza formas de participação de diferentes membros da comunidade escolar. As reuniões do Conselho ocorrem, de forma ordinária, bimestralmente, ou de forma extraordinária a qualquer tempo, para análise qualitativa e quantitativa do desenvolvimento dos alunos, dos aspectos disciplinares e de aspectos relacionados ao processo de ensino e de aprendizagem. O Conselho de Classe pode também ser convocado sempre que algum segmento perceba a necessidade e solicite a convocação não sendo, como consta do Regimento Escolar, necessário uma data ou um momento pré-determinado.

No CEF 14 é realizado em cada bimestre o pré-conselho, quando o professor conselheiro promove junto com os alunos uma discussão sobre a própria turma e registrar em ata própria.

Nesta etapa a preocupação é colher a visão dos alunos sobre a turma, a escola e outros aspectos que o mesmo possa julgar relevantes.

No conselho os professores, direção, toda a equipe pedagógica analisam a turma e o seu desenvolvimento durante o bimestre e outros aspectos da dinâmica escolar, inclusive considerando as opiniões dos alunos contidas nas atas do pré-conselho.

No momento da reunião do colegiado as questões levantadas no Pré Conselho são apreciadas por todos e feitos os devidos encaminhamentos para os diversos setores como: OE, EEAA, AEE, Supervisão Pedagógica, Coordenação Pedagógica, Direção, etc. É o que chamamos de Pós Conselho.

No momento do Conselho de Classe também é feita a devolutiva das buscas ativas realizadas pela Dalva, orientadora educacional.

17 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O CEF 14 tem sua organização curricular fundamentada nas concepções teóricas e legais apresentadas anteriormente, compreendendo a necessidade que o seu resultado seja flexível, adaptável à realidade que se apresentar durante o ano letivo, o que em alguns momentos implica a necessidade de se repensar conteúdos ministrados sob o risco de burocraticamente cumprir um planejamento curricular sem que os alunos de fato tenham aprendido.

No entanto, há que se garantir que o aluno procure superar e desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em sua situação de vida diária, e também em situação de trabalho que lhe favoreça resgatar a sua dignidade e o exercício pleno de sua cidadania.

É realizada a análise do currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) no início e no

fim de cada ano letivo. No entanto, no presente ano letivo, haja vista a proposta de um plano voltado para a recuperação dos saberes prévios, cuja aprendizagem foi prejudicada pelo contexto pandêmico provocado pela Covid-19, foi possível observar o estreitamento no tempo de análise do material acima citado, segundo o desempenho dos estudantes no processo de avaliação formativa. Assim sendo, o currículo segue em contínuo movimento! O objetivo, com isso, é fazer com que a escola, a partir de sua realidade e das observações do corpo docente, construa um currículo adaptado com ritmos e ordenação de conteúdos que melhor se adequem aos estudantes de sua comunidade escolar e aos objetivos educacionais observados para cada ano e etapa de ensino. A ideia é desenvolver tempos, espaços e oportunidades educacionais flexíveis e que sejam mais significativos ao contexto concreto da escola. Ao longo do ano letivo, essas ações ocorrem nos momentos das coordenações pedagógicas. Os professores, das diferentes áreas do conhecimento, reúnem-se para elaborar seus planos de ensino, com temas consonantes entre os componentes curriculares. Esse trabalho coletivo impulsiona as unidades didáticas, pois abre um leque de possibilidades, que pode ser ampliado e ressignificado, pelos docentes, a partir de suas opções teórico metodológicas. Cabe destacar também outra estratégia adotada para fortalecer a construção dos saberes e aprendizagens. Trata-se das saídas de campo, em que a teoria é associada à prática, as quais se tornam possíveis devido ao transporte cedido pela SEEDF, conforme a Portaria 192, de 10 de junho de 2019. A integração entre o saber teórico e a prática está no fato de proporcionar a consolidação das aprendizagens, uma vez que ocorrem sob um planejamento e trabalho coletivo que envolve quase sempre mais de uma disciplina. Esse tipo de trabalho é definido a partir de uma proposta inicial e deve ser organizado em torno das unidades didáticas e da proposta de um plano coletivo, em que as áreas analisam seus Currículos e dialogam sobre como alcançar um objetivo de aprendizagem. É idealizado, pela equipe de Gestores, Coordenadores e Professores, no início de cada ano letivo, a partir do levantamento prévio do que foi possível trabalhar, com êxito, no ano letivo anterior. Não possui uma programação ou roteiro fixo a ser seguido anualmente. Orientando todo o processo de planejamento das unidades didáticas, está a Avaliação diagnóstica, passo inicial da Avaliação formativa. Ela é aplicada no início de cada ano letivo, visando ordenar, estruturar e articular uma organização que favoreça o alcance dos objetivos de aprendizagem com vistas à garantia do conhecimento de todos os estudantes. No presente ano letivo, por exemplo, a diagnóstica ocorreu no mês de março e envolveu todos os componentes curriculares. Cada componente avaliou elementos basilares, necessários para a construção dos Objetivos de aprendizagens propostos para os Blocos I e II dos Anos Finais, os quais dispostos no Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018). O

mapeamento do resultado da avaliação diagnóstica norteou o Plano de trabalho do CEF 14 , em especial o reforço, os reagrupamentos e os projetos interventivos. Quanto mais pontual for o nosso trabalho, melhor será o nosso alcance no que diz respeito à aprendizagem de todos e à qualidade do ensino ofertado no CEF 14. Esse plano de trabalho torna possível a manutenção da aprendizagem, em um campo marcado pela vulnerabilidade, e a oferta de um trabalho qualitativo e democrático, A avaliação diagnóstica é, nesse contexto, o instrumento inicial para a coleta de dados essenciais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola, é motivadora do planejamento das ações que se fazem necessárias em todo o processo educativo. Levando isso em conta, é planejada de forma a ponderar todos os componentes curriculares no início de cada ano letivo. Cabe salientar que sua elaboração, de acordo com as possibilidades, deve procurar a integração entre as diferentes áreas do saber. 65 Os resultados dessa avaliação são sistematizados por meio de planilhas eletrônicas desenvolvidas pela própria escola, as quais são capazes de apresentar dados referentes ao aluno, individualmente, e ao conjunto das turmas. Esses resultados servem, para além de orientar os planejamentos das unidades didáticas, como ponto de partida para a análise do desenvolvimento dos estudantes, visando à proposição de estratégias pedagógicas, tais como, projeto interventivo, reagrupamento e o acompanhamento pedagógico individual ou coletivo, resguardando para que essa avaliação não se torne um fim em si. Aliados a estas ações, estão os Projetos desenvolvidos na escola, os quais possuem grande relevância, pois são atividades com propostas que vão de encontro com as necessidades reais do contexto escolar no qual a escola e seus estudantes estão inseridos e envolvem a participação de professores de áreas de conhecimento diferentes que buscam estabelecer conexões entre seus conteúdos e a realidade. O objetivo dos projetos, com isso, é que o estudante seja capaz de perceber relações entre os componentes curriculares, perpassados pelos temas transversais (ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo e saúde), e seja capaz de fazer análises mais complexas sobre os problemas que surgem no seu cotidiano. Problemas esses que, inevitavelmente, fazem parte de um contexto mais amplo que as “caixinhas” isoladas que cada disciplina poderia proporcionar. Por fim, o CEF 14 trabalha continuamente na reavaliação do Currículo local, elaborado para a sua comunidade escolar, o qual é vivo, pois se movimenta de acordo com a aquisição de saberes dos seus estudantes.

18 PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO P.P.P

18.1 Gestão Pedagógica

OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
-Promover o desenvolvimento integral do educando nas diversas disciplinas que são estipuladas na base nacional comum da organização curricular nacional.	- Promover eventos, palestras, saraus, rodas de conversa e gincanas.	-Planejamento das ações interventivas (reforço, reagrupamento, projeto interventivo)	Até 2024	- Orientadoras Educacionais/ Coordenação/Direção
-Realizar atividades para o desenvolvimento físico, intelectual, afetivo, social do educando.	- Reduzir os índices de bullying e violência no ambiente escolar.	- Acompanhamento do trabalho pedagógico e planejamento ações interventivas.	Até 2024	- Orientadoras Educacionais/ Coordenação/Direção
-Promover intervenções com o intuito de melhorar ainda mais o desenvolvimento pedagógico, eliminar a violência, o consumo e tráfico de drogas, o desinteresse e a indisciplina do aluno e a ausência da família no	- Usar as coordenações como espaço de debate e formação continuada.	- Promover a integração das novas tecnologias no contexto da pandemia e pós pandemia	Até 2025	- Orientadoras Educacionais/ Coordenação/Direção
	- Desenvolver o hábito de leitura e a interpretação de texto.	- Focar no desenvolvimento dos estudantes em todos os âmbitos sem privilegiar unicamente o cognitivo.	Até 2025	Orientadoras Educacionais/ Coordenação/Direção e professores.
	- Usar as coordenações como espaço de debate e		Até 2025	

ambiente escolar.	formação continuada.	Promover o protagonismo juvenil e a cultura da paz.		
-Promover momentos de formação nas coordenações pedagógicas.	Desenvolver o hábito de leitura e a interpretação de texto.			

18.2 Gestão dos Resultados Educacionais

OBJETIVOS	Metas	Estratégias	Prazos	Responsáveis
-Melhorar os indicadores da escola como IDEB, Prova Brasil e o índice de aprovação.	-Melhorar o rendimento em pontos críticos do SAEB	-Realizar simulados/campeonatos com questões do tipo SAEB.	-Até 2024	- Coordenação
-Reduzir os índices de reprovação e evasão dos alunos em todos os anos.	-Diminuir a reprovação e melhorar o ensino	-Fazer reagrupamentos para sanar dificuldades de aprendizagem	-Até 2024	- Coordenação/Direção e Professores
-Realizar parcerias para alfabetizar os alunos que chegam à escola sem saber ler e escrever.	- Melhorar o nível de alfabetização dos estudantes.	- Buscar parcerias com faculdades.	-Até 2025	- Coordenação

18.3 Gestão Participativa

OBJETIVOS	Metas	Estratégias	Prazos	Responsáveis
<p>-Integrar a comunidade à escola para juntos promovermos a disciplina, melhorar o rendimento escolar, diminuir a evasão, a repetência, fazer o resgate da empatia escolar, sensibilizá-los e levá-los a compreender a importância da escola em sua formação geral como extensão do lar, tornando a escola um espaço que desperte o civismo, a criatividade, a colaboração, a iniciativa em um ambiente acolhedor. - Promover a participação de todos no processo de tomada de decisões.</p> <p>- Manter a comunidade informada</p>	<p>-Melhorar a comunicação com a comunidade.</p>	<p>-Aplicar instrumentos avaliativos, questionários, enquetes, discussões.</p>	<p>Até 2024</p>	<p>- Coordenação/Direção e Professores.</p>
	<p>- Dar mais voz aos estudantes</p>	<p>-Fazer assembleias de estudantes para discutir problemas comuns.</p>	<p>Até 2025</p>	<p>-Coordenação/Direção/Professores/ Equipes de apoio e estudantes.</p>

sobre o andamento das atividades da escola. -Realizar projetos e reuniões escolares aos sábados para atrair mais pais à escola.	valorizando suas opiniões e busca para soluções de problemas.	-Manter as redes sociais e os grupos de whatsapp atualizados. -Formar uma parceria entre escola e comunidade.	Até 2025	Coordenação.
	-Melhorar a comunicação com a comunidade. -Tornar as famílias mais presentes na escola.		Até 2025	-Coordenação, direção e professores.

18.4 Gestão de Pessoas

OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
- Mobilizar todos os segmentos da escola na participação/envolvimento nos projetos, eventos, encontros e reuniões para melhorar a qualidade do ensino aprendizagem dos estudantes. - Promover aos alunos e funcionários da escola um ambiente de trabalho mais harmônico, proporcionando eventos diferenciados dentro do ambiente escolar.	-Melhorar a participação de todos nos eventos	-Envolver todos os segmentos em eventos	Até 2025	coordenação e professores
	-Melhorar o ambiente para funcionários e estudantes	- Cuidar do jardim da escola.	-Até 2025	- Funcionários e estudantes

18.5 Gestão Financeira

OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
-Utilizar adequadamente os recursos financeiros oriundos do PDDE e PDAF, obedecendo às etapas de gestão financeira;	-Melhorar a infraestrutura da escola	-Aplicar as verbas da escola nas prioridades definidas pela comunidade escolar	Até 2025	-Conselho e Caixa escolar
- Administração dos Recursos Financeiros da escola com transparência e responsabilidade em prol do bom funcionamento da escola.	-Manter a transparência na aplicação dos recursos financeiros	-Divulgar os gastos realizados na escola para que todos acompanhem a aplicação dos recursos.	Até 2024	-Conselho e Caixa escolar

18.6 Gestão Administrativa

OBJETIVOS	METAS	Estratégias	Prazos	Responsáveis
-Conservar e realizar melhorias ao patrimônio público com intuito de tornar o ambiente escolar agradável e atrativo ao corpo docente e discente.	-Zelar pelo patrimônio da escola	-Manter a conservação das instalações e aparelhos	Até 2025	-Direção
-Zelar pela segurança de professores e estudantes	-Manter um ambiente escolar seguro.	-Autorizar a entrada, a partir do portão interno da escola, somente para os alunos,	Já foi implementado.	-Direção

19 PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional:	Dalva Izidia Gomes Vieira	Matrícula:	242963-2	Turno:	DIURNO
Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional:	William Resende de Faria	Matrícula:	243782-1	Turno:	DIURNO

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.5).

20 PLANO DE AÇÃO ESPECÍFICO DA UNIDADE ESCOLAR

20.1 Coordenação Pedagógica

OBJETIVOS	METAS	Estratégias	Prazos	Responsáveis
Mediação de conflitos Manutenção da rotina Escolar	Atendimento disciplinar Organização da Dinâmica diária da escola.	Escuta, Regimento, orientação. Planos de logística	Anual Anual	Marcio/Euclides
Garantia de material para a ação docente	Reprodução de materiais	Trabalho de mecanografia	Anual	Marcio/Euclides Marcio/Euclides
Realização dos planos	Acompanhamento das ações	Suporte à Supervisão	Anual	Marcio/Euclides

pedagógicos	pedagógicas	pedagógica/Direção	
-------------	-------------	--------------------	--

20.2 Conselho escolar

O conselho escolar é constituído por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Foi eleito juntamente com a atual gestão em no pleito ocorrido em 25 de outubro de 2023 e terá mandato até 31 de dezembro de 2027, nos termos da Lei de Gestão Democrática, nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012.

Cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Ele tem função deliberativa, consultiva e mobilizadora, requisitos fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas.

Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

20.3 Serviços Especializados

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007/2008) está sendo construída nesta U.E. desde 2018, aliada à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) que garante no Capítulo IV, artigos do 27 ao 30, toda a estrutura escolar necessária ao potencial de desenvolvimento de cada ANEE com deficiência.

- a) **Adaptação curricular:** adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, bem como a diversificação e flexibilização do processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos.
- b) **Adaptação da instituição de ensino e da sala de aula:** a organização estrutural e funcional do ambiente escolar deve acontecer de forma a eliminar barreiras que impedem o aprendizado, possuindo recursos físicos, materiais, ambientais, técnicos e tecnológicos que atendam às necessidades de todos.
- c) **Sistemas de apoio:** é importante o estabelecimento de redes de apoio que envolvam todos os segmentos do ambiente de ensino, como os gestores escolares e docentes, e atores externos, como familiares, amigos, profissionais especializados (médicos, fisioterapeutas, psicopedagogos etc.) que busquem favorecer a autonomia, produtividade e integração dos estudantes com deficiência.
- d) **Adaptações metodológicas e didáticas:** adoção de conteúdos, procedimentos de

avaliação, atividades e metodologias que atendam às diferenças individuais dos alunos, como dinâmicas individuais ou em grupo e técnicas de ensino-aprendizagem específicas que beneficiem os estudantes e não restrinjam a sua ativa participação.

Muito mais do que apenas um caminho para ingressar no mercado de trabalho, a educação possui um papel fundamental na construção e formação da cidadania, sendo uma ferramenta para o desenvolvimento humano tanto em nível individual, quanto coletivo, premissa que deve ser disponibilizada a todos.

Assim, a educação inclusiva consiste em possibilitar que todos tenham acesso ao ensino e ao conhecimento, promovendo o desenvolvimento das pessoas com deficiência e da sociedade com base nos princípios da igualdade e da acessibilidade. Além disso, a educação inclusiva contribui para o combate à exclusão social das pessoas com deficiência, oferecendo a oportunidade de interação social em períodos cruciais da vida, como a infância e a juventude. O convívio escolar impulsiona as interações e potencializa o desenvolvimento individual e coletivo, reconhecer-se no outro é olhar para si mesmo, como ser provido de habilidades e limites. Incluir é encontrar no outro a si mesmo, fazer pelo outro, como profissional, o que se faz a si mesmo.

O profissional da sala de recursos é o agente da inclusão, o que implica em incluir-se como parceiro dos demais professores, cujo objetivo maior é potencializar as habilidades e competências dos ANEEs com deficiência em detrimento das limitações individuais.

Contudo, a implementação prática da educação inclusiva no Brasil ainda demonstra ser um desafio, em que ações e políticas públicas devem ser reforçadas no sistema educacional para garantir educação de qualidade para PcD.

Diante de tantas exigências e desafios, assegurados por marcos legais, cabe a esta SRG - Sala de Recursos Generalista contribuir para um ambiente de trabalho saudável, em que a articulação entre os segmentos escolares, a participação da família em regime de parceria e a adesão à rede de saúde e redes de apoio sejam efetivas conforme todo o plano de ação.

Para tanto, montamos a carga horária do AEE, respeitando a demanda familiar e adequado à Estratégia de Matrícula – 2023, disponibilizamos as quartas-feiras para a participação nas Coordenações Coletivas, participamos dos grupos de whatsapp dos dois turnos, nos inteiramos de TODAS as atividades pedagógicas desenvolvidas. Orientação Educacional

A Orientação Educacional atualmente contribui para o processo educativo a partir de uma prática articulada com toda a comunidade escolar, repensando coletivamente o fazer pedagógico, participando na análise da realidade, apoiando diálogos problematizadores, promovendo a tomada

de decisão individual e coletiva e executando ações com foco em objetivos compartilhados no Projeto Pedagógico da instituição escolar, a fim de tecer uma rede social e interinstitucional que colabore com o desenvolvimento integral do estudante.

Assim, é possível perceber o compromisso desses educadores com a defesa da escola pública de qualidade, em parceria com os movimentos sociais envolvidos no processo, por meio de um constante diálogo entre teoria e prática, tendo em vista contribuir com melhorias no cenário educacional.

O trabalho pedagógico da Orientação Educacional, no contexto da escola pública e em conformidade com o documento intitulado “Orientação Pedagógica da Orientação Educacional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal” publicado em 2019, desenvolve-se de forma contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico, articulada e prioritariamente coletiva, buscando sempre, a partir de uma análise da realidade, o envolvimento de outros em um diálogo problematizador para tomada de decisão e compromissos compartilhados.

Com o enfoque na garantia da articulação com diversos sujeitos da comunidade escolar, o trabalho da Orientação Educacional está organizado em seis grandes categorias de ação, conforme as especificidades de objetivos, estratégias e procedimentos. São ações de implantação da Orientação Educacional, ações institucionais, junto ao professor, ao estudante, às famílias e em rede, as quais se complementam e se integram em sua práxis e no processo pedagógico de aprendizagem e desenvolvimento realizado na escola.

Considerando que, no contexto do currículo, a pessoa é vista como um sujeito que se constitui de forma histórica e social a partir das experiências relacionais, a ação do(a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional se dá na perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento humano nos diversos contextos educativos. Assim, sua ação abrange não só o estudante, mas todos os profissionais da educação e demais pessoas da comunidade escolar em um processo de articulação de aprendizado em rede.

20.4 Biblioteca

Não temos Biblioteca, apenas a Sala de Leitura que é coordenada por uma Servidora da carreira assistência que alterna turnos matutino e vespertino. Os alunos possuem uma carteirinha específica da biblioteca para o controle dos empréstimos e devoluções dos livros. Além da carteirinha há um livro de frequência para o registro do nome, horário de entrada, saída e turma em que está matriculado.

O acervo é reduzido e o espaço para leitura dos estudantes é bastante restrito e não há como

atender um grande grupo de uma única vez.

21 PROJETOS ESPECÍFICOS E INTERDISCIPLINARES

21.1 Festa das Regiões

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 14 DE CEILÂNDIA
TÍTULO: FESTA DAS REGIÕES
ETAPAS: Promoção de gincanas nos meses de maio e junho.
PERÍODOS: 2º bimestre.
DISCIPLINAS: Português, Ciências Naturais, Educação Física, Artes, Matemática, História, Inglês e Geografia.
PROFESSORES: Todos os professores.
PÚBLICO ALVO: Comunidade escolar.
JUSTIFICATIVA: Celebrar com a comunidade escolar as festividades típicas do mês de junho, reafirmando as tradições culturais brasileiras no que se refere a religiosidade, dança, música e comidas típicas.
OBJETIVOS: A festa tem objetivos pedagógicos, com pesquisas e trabalhos sobre o tema, além de confraternização com a comunidade escolar.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: No período que antecede a festa, os estudantes participam de gincanas para arrecadação de insumos, necessários à preparação das comidas típicas, bem como, se preparam, ensaiando para a apresentação das danças regionais ou nacionais, de acordo com o tema da festa. A disputa pelo primeiro lugar na gincana movimenta as turmas com diversas brincadeiras, como: caracterização de casais; uso de chapéus, tranças e flores nos cabelos; trocas de sapatos, dentre outras atividades.
AVALIAÇÃO: Para culminância da festa a comunidade escolar é convidada a saborear as tradicionais comidas típicas, participar das brincadeiras e prestigiar as danças, apresentada pelos estudantes. Após as festividades as turmas vencedoras são agraciadas com um prêmio, geralmente um passeio, como recompensa pelo esforço na busca pelo primeiro lugar.

21.2 Jogos Interclasse

TÍTULO: JOGOS INTERCLASSE
ETAPA: 2º Bimestre
PERÍODO: Os Jogos Interclasses do CEF 14, Ceilândia, ocorrem anualmente, ao final do 2º bimestre envolvendo todas as turmas da escola.
DISCIPLINA: Educação física.

PROFESSORES: Português, Ciências Naturais, Educação Física, Artes, Matemática, História, Inglês e Geografia.
PÚBLICO ALVO: Estudantes.
JUSTIFICATIVA: O esporte tem adquirido ao longo das últimas décadas uma posição de destaque no cenário educacional. É papel da escola primar pela qualidade de vida e pela saúde dos alunos oferecendo aos mesmos mecanismo que possam motivá-los a fazerem uso do esporte como uma prática diária que propicie o bem estar físico, mental e social.
OBJETIVOS: Tem como objetivo incentivar e promover o esporte escolar, além de desenvolver competências e habilidades como: parceria, compreensão, solidariedade, superação e respeito.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Durante uma semana os estudantes e/ou turmas competem entre si em modalidades esportivas na quadra, como Futsal e Queimada. Fora da quadra ocorrem disputas de Xadrez, Dama, Dominó, Tênis de Mesa, Torta na Cara, Desafios de Português e Matemática, dentre outros. Tendo-se em vista a realidade socioeconômica da comunidade escolar do CEF 14, a escola, por meio das verbas do PDAF, arcará com as despesas deste projeto, que incluem: Premiações, confecção do uniforme para cada modalidade do Interclasses; custos de alimentação, transporte e aluguel de espaço para passeio educativo oferecido às turmas vencedoras.
AVALIAÇÃO: Ao final os vencedores são premiados com medalhas e os professores costumam atribuir nota pelo compromisso, empenho e dedicação de cada aluno.

21.3 Projeto Caixa Histórica

TÍTULO: PROJETO CAIXA HISTÓRICA
ETAPA: 1º e 2º bimestre com culminância no 2º bimestre.
PERÍODO: Fevereiro a Maio
DISCIPLINA: Todas as disciplinas, segmentos e membros da comunidade escolar.
PROFESSORES: Todos os docentes.
PÚBLICO ALVO: Estudantes dos 6º e 7º anos.
JUSTIFICATIVA: A ideia do projeto Caixa Histórica surgiu da necessidade de incentivar os estudantes a valorizar a própria história.
OBJETIVOS: Reconhecer-se como construtor da identidade pessoal e coletiva. Aprimorar-se da história individual e sentir-se pertencente e respeitável em qualquer situação.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: O professor conselheiro da turma entrega aos estudantes um questionário em forma de entrevista em que cada estudante é estimulado a falar sobre seus gostos e preferências. Num segundo momento cada estudante confeccionará uma caixa, que deverá conter objetos representativos, marcantes, em sua trajetória de vida.

AValiação: A culminância do projeto se dá então num dia determinado, quando todos abrem suas caixas e falam aos demais sobre o significado de cada objeto ou símbolo ali contidos.

21.4 Consciência Negra

TÍTULO: CONSCIÊNCIA NEGRA
ETAPA: 3° e 4° Bimestre.
PERÍODO: Setembro, Outubro e Novembro
DISCIPLINA: Todas as disciplinas, segmentos e membros da comunidade escolar.
PROFESSORES: Todos os docentes.
PÚBLICO ALVO: Estudantes e comunidade escolar.
JUSTIFICATIVA: Mostrar a forte influência dos povos africanos na história, religião, alimentação, música, dança, etnia, costumes, cultura e etc.
OBJETIVOS: Valorizar a cultura afrodescendente, bem como seus valores, lutas e ensinamentos transmitidos à sociedade.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Com o objetivo de se trabalhar o dia Nacional da Consciência Negra, os professores, de todas as matérias, elaboram estratégias para trabalhar esse tema com suas turmas.
AValiação: A culminância do Projeto se dá no mês de novembro com a exposição dos trabalhos das turmas à comunidade escolar, em forma de cartazes, murais, painéis; apresentações culturais de dança, teatro, recital de poesias, dentre outros.

21.5 Secador Solar

TÍTULO: SECADOR SOLAR
ETAPA: 1° e 2° semestre.
PERÍODO: Abril a Novembro.
DISCIPLINAS: O Projeto é interdisciplinar e engloba professores de diversas áreas do conhecimento, como: Português, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia.
PROFESSORES: PD

PÚBLICO ALVO: Estudantes do 6º ano.
JUSTIFICATIVA: O Secador é uma estufa idealizada por um professor aposentado da escola, Antonio Jucá Kokay. O equipamento é utilizado no processamento de alimentos desidratados como frutas e carnes.
OBJETIVOS: O objetivo é que os estudantes simulem uma pequena cooperativa, participando de todo o processo de produção até a venda final do produto e divisão igualitária dos lucros.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Os professores trabalham com os alunos matemática: educação financeira, Português: os alunos fazem pesquisa para compor os rotúlos, Ciências: produção e conservação dos alimentos, história: pesquisam com se fomaram e como funcionam as cooperativas, Geografia: trabalhar o solos e tipos de solos.
AValiação: A culminância do Projeto se dá no mês de novembro com a exposição dos trabalhos das turmas à comunidade escolar, em forma de cartazes, murais, painéis; apresentações culturais de dança, teatro, recital de poesias, dentre outros. O projeto faz bastante sucesso e entusiasmo estudantes e professores. Desperta grande interesse entre os estudantes, pois se apresenta como uma alternativa ao desemprego em nossa região, com pais interessados em construir um secador para a família.

21.6 Programa Saúde na Escola

TÍTULO: PSE - PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA
ETAPA: Ano letivo de 2024.
PERÍODO: De Março a Dezembro.
DISCIPLINAS: Todas as disciplinas.
PROFESSORES: UBS.
PÚBLICO ALVO: Comunidade escolar.
JUSTIFICATIVA: Por meio deste programa, as políticas voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da escola pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral a partir de práticas de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos.
OBJETIVOS: Desenvolver ações de prevenção na saúde e prevenção de agravos que permitam, entre outros, melhoria no rendimento escolar, recuperação da auto-estima e autoconfiança e diminuição do absenteísmo e repetência escolar.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: O Programa Saúde na Escola - PSE, política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. As políticas de saúde e educação se unem para promover saúde e educação integral voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira, por meio da realização conjunta de 12 ações. O Projeto é desenvolvido em parceria com os profissionais da Unidade Básica de Saúde situada na EQNP 30/32.

As ações realizadas pela escola deverão estar alinhadas ao currículo escolar e à política de educação integral, considerando os contextos escolar e social, o diagnóstico local de saúde e a capacidade operativa das equipes das escolas e da Atenção Primária à Saúde. Os objetivos do projeto segundo a portaria nº 1.055/2017 são: promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nos três níveis de governo; promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação; articular as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e a suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis; contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos; contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos; fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar.

21.7 Projeto Interativo

TÍTULO: PROJETO INTERVENTIVO
ETAPA: 1º E 2º Semestre
PERÍODO: Ano letivo
DISCIPLINAS: Todas as disciplinas.
PROFESSORES: Todos os docentes.
PÚBLICO ALVO: Todos os estudantes.
JUSTIFICATIVA: O Projeto foi elaborado pensando nos deficits de aprendizagem apresentados pelos estudantes . O Projeto será elaborado e desenvolvido pela supervisão e coordenação pedagógica junto com os professores e propõe oferecer aos estudantes a retomada dos conteúdos em que foram apresentados dificuldades.
OBJETIVOS: O Projeto tem como objetivo contemplar as necessidades e dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes e, detectadas por meio de avaliação diagnóstica no início do ano letivo.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: O Projeto será desenvolvido nos horários de aulas de PD com possibilidade de estratégias que serão desenvolvidas em horário contrário de aula.

AVALIAÇÃO: Será de acordo com as estratégias adotadas por cada professor, ao longo do Ano Letivo

21.8 Projeto OBMEP

TÍTULO: PROJETO OBMEP
ETAPA: Palestra, preparação para a prova de 1º fase, preparação para a prova de segunda fase.
PERÍODO: 1º e 2º semestre.
DISCIPLINAS: Matemática e PD2.
PROFESSORES: Matemática.
PÚBLICO ALVO: O público-alvo da OBMEP é composto de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental até o último ano do Ensino Médio.
JUSTIFICATIVA: Incentivar os alunos sobre a importância da OBMEP e auxiliá-los na interpretação e resolução das questões de provas anteriores.
OBJETIVOS: Despertar o interesse do aluno para participar da OBMEP. Desenvolver atividades que estimulem a concentração dos alunos. Desenvolver o raciocínio lógico dos alunos por meio da resolução de problemas que desafiam os alunos.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Os alunos serão orientados e motivados por meio de palestras e exibição de documentários da OBMEP. Serão aplicadas questões de provas antigas. Os alunos serão orientados sobre onde encontrar material de apoio a fim de se prepararem para a prova.
AVALIAÇÃO: A avaliação se dará ao longo dos meses de preparação.

21.9 Rádio Escolar CEF 14 Ceilândia

TÍTULO: RÁDIO ESCOLAR CEF 14 CEILÂNDIA
ETAPA: Ano letivo de 2024
PERÍODO: De fevereiro a dezembro com frequência diária.
DISCIPLINAS: Todas as disciplinas
PROFESSORES: todos os professores

PÚBLICO ALVO: Toda a comunidade escolar, em especial os alunos.
JUSTIFICATIVA: Envolver os alunos, como protagonistas em atividades culturais e educativas com assuntos variados, inerente ao processo de ensino aprendizagem.
OBJETIVOS: Informar, entreter; Desenvolver habilidades de comunicação; Promover a socialização dos estudantes; Promover atividades culturais a partir dos próprios estudantes. Promover o sentimento de pertencimento dos estudantes no ambiente escolar.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: O direcionamento do projeto ficará a cargo da Direção da escola, que formará equipes com representantes de todas as turmas. A programação será variada, com espaço para músicas, entrevistas e podcasts.
AVALIAÇÃO: A avaliação será ao longo do projeto, em reuniões com as equipes.

21.10 Educação Financeira

TÍTULO: EDUCAÇÃO FINANCEIRA
ETAPA: Ano letivo de 2024
PERÍODO: Durante o ano letivo de 2024
DISCIPLINAS: Matemática
PROFESSORES: Professores de Matemática
PÚBLICO ALVO: Todos os alunos
JUSTIFICATIVA: O projeto se justifica pela importância da interdisciplinaridade, ampliando-se a compreensão matemática, o surgimento do comércio, o uso da lógica e da contextualização econômica em tempos de crise financeira; levar os alunos, a partir das experiências na escola, a um planejamento do orçamento familiar.
OBJETIVOS: Levar os estudantes a uma reflexão sobre a importância do planejamento no que se refere às questões financeiras; simular situações da vida concreta, onde se possa ter uma relação equilibrada com o dinheiro, bem como consumir de forma consciente.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Num primeiro momento será trabalhado textos informativos e reflexivos sobre a temática financeira e sua importância na vida das pessoas. Num segundo momento serão montadas oficinas com atividades práticas, simulando situações da vida real (criação de uma moeda, lojinhas, minimercados, bazares, pagamento de contas).

AValiação: A avaliação será continuada, de acordo com as estratégias adotadas por cada professor.

21.11 Rojeto Sonhar

TÍTULO: PROJETO SONHAR
ETAPA: Ano letivo de 2024
PERÍODO: Durante o ano letivo de 2024, com culminância no 3º bimestre.
DISCIPLINAS: Todas as disciplinas
PROFESSORES: todos os professores
PÚBLICO ALVO: Todos os alunos
JUSTIFICATIVA: O projeto se justifica pela necessidade de incentivar os alunos a projetarem seus sonhos no futuro e a lutarem pela realização dos mesmos; resgatar a trajetória de pessoas da comunidade, que sonharam, acreditaram e se destacaram ou se destacam apesar dos desafios socioeconômicos vigentes.
OBJETIVOS: Trabalhar a autoestima individual e coletiva dos alunos como protagonistas e autores de sua própria trajetória de vida; valorizar a comunidade local como espaço da realização de sonhos e transformação de vidas.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Num primeiro momento os professores trabalharão filmes e textos reflexivos sobre superação e resgate da autoestima dos estudantes. Num segundo momento serão realizadas palestras com pessoas da comunidade que se destacaram e hoje são exemplos de superação; depoimentos de ex-alunos do Cef 14, que transformaram suas vidas através do estudo e hoje são profissionais que realizaram seus sonhos porque acreditaram neles. A culminância do projeto se dará no 4º bimestre, quando os alunos, com a orientação dos professores conselheiros, escreverão uma carta destinada ao futuro, onde registrarão seu sonhos e perspectivas. As cartas serão arquivadas em uma espécie de cápsula do futuro. A cápsula deverá ser aberta numa data pré-determinada.
AValiação: A auto-avaliação se dará com a abertura da cápsula e será de caráter pessoal.

21.12 Projeto Intervalo Dirigido

TÍTULO: PROJETO INTERVALO DIRIGIDO
ETAPA: Ano letivo.
PERÍODO: De Fevereiro a Dezembro.
DISCIPLINAS: Todas as disciplinas.
PROFESSORES: Todos os docentes.
PÚBLICO ALVO: Todos os estudantes.
JUSTIFICATIVA: A estrutura física do Cef 14, apesar de ter passado recentemente por uma verdadeira transformação, mas assim como a maioria das escolas do DF não dispõem de muitos espaços para lazer recreativo. Assim sendo, o Projeto se justifica pela necessidade de se propiciar aos estudantes momentos de interação coletiva.
OBJETIVOS: Propiciar aos estudantes lazer recreativo por meio de atividades culturais e esportivas; Proporcionar oportunidade de socialização, que favoreçam a convivência harmônica, saudável e respeitosa dentro do espaço esolar e que extrapolem o espaço físico da instituição escolar.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: O projeto ocorrerá nos espaços das quadras de futebol, pracinha e pátios da escola, que contarão com brinquedos recreativos, como tênis de mesa, totó, dama e dominó. Eventualmente ocorrerão apresentações artísticas/culturais. A supervisão ficará a cargo da equipe gestora juntamente com a Coordenação Pedagógica. Será montada uma equipe, formada por alunos líderes, que atuarão como monitores em todas as estações.
AVALIAÇÃO: A avaliação será contínua, por meio da observação diária e reuniões com os entes envolvidos.

21.13 Projeto Suspense Literário

TÍTULO: PROJETO SUSPENSE LITERÁRIO
ETAPA: Novembro e Dezembro.
PERÍODO: 4º Bimestre.
DISCIPLINAS: Inglês, Arte e Português.
PROFESSORES: Eduarda e Maisa.

PÚBLICO ALVO: Estudantes do 6º e 7º anos.
JUSTIFICATIVA: O projeto visa propiciar uma abordagem pedagógica interdisciplinar em que sejam estimuladas percepções artísticas e criativas dos estudantes.
OBJETIVOS: Apreciar a cultura brasileira em integração com a cultura dos países de língua inglesa; Criar fenômenos artísticos que possibilitem a expressão das emoções e criticidades.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Serão trabalhados os conhecimentos sobre a história e tradições do Halloween, e o folclore brasileiro. Destacar a importância de um projeto integrador de conhecimentos e aprendizagens para estudantes que necessitam de exercitar processos reflexivos e conjuntos criativos dentro da escola.
AValiação: Cada turma irá representar os conhecimentos trabalhados em um data pré estabelecida a turma realizará um dia de apresentação para a comunidade escolar.

21.14 Projeto Ilíada Podcasts

TÍTULO: PROJETO ILÍADA- PODCASTS
ETAPA: Dias 30 e 31/04: apresentação do trabalho e divisão dos grupos De 03/04 a 06/04: leitura do livro, pesquisa dos temas e conversas sobre os temas nas diversas disciplinas. Semana de 10/4 a 14/04: reuniões dos grupos para debaterem ideias, escreverem o texto do podcast, dividirem as falas e fazerem os cartazes. Semana de 17/4 a 20/4: gravação dos podcasts
PERÍODO: 1º bimestre
DISCIPLINAS: Todas as Disciplinas
PROFESSORES: Professores Regentes com 9º anos
PÚBLICO ALVO: Alunos do 9º ano
JUSTIFICATIVA: Este projeto visa à elaboração de podcasts pelos estudantes.
AValiação: Correção ortográfica obedecendo às convenções da língua escrita; pontuação adequada; apresentação de objetivos, informações e dados por meio de infográficos de forma sintética e atrativa.

21.15 Projeto Itinerário de Vida

TÍTULO: PROJETO ITINERÁRIO DE VIDA
ETAPA: 1º e 2º bimestre
PERÍODO: De março a julho
DISCIPLINAS: Português.
PROFESSORES: Maiara
PÚBLICO ALVO: Estudantes do 8º ano.
JUSTIFICATIVA: Aprendizagem ativa de valores, competências para o estudante encontrar relevância, sentido e propósito no seu processo de aprendizagem e interação dentro de suas vivências, reflexões e visão de mundo.
OBJETIVOS: Desenvolvimento de competências socioemocionais que permitam que os alunos construam sua própria trajetória profissional, acadêmica e pessoal com autonomia.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Auxiliarem os estudantes a decidir o que querem e onde querem chegar, estimular o autoconhecimento e o desenvolvimento de competências interpessoais a atuações profissionais; Produções de itinerário de vida com gráficos indicando planos objetivos, cenários e as ações que os estudantes precisam colocarem prática para realizar seus sonhos.
AValiação: Correção ortográfica obedecendo às convenções da língua escrita; pontuação adequada; apresentação de objetivos, informações e dados por meio de infográficos de forma sintética e atrativa.

21.16 Projeto de Iniciação Teatral

TÍTULO: PROJETO DE INICIAÇÃO TEATRAL
ETAPA: 1ª e 2ª etapas.
PERÍODO: De março a julho
DISCIPLINAS: Artes
PROFESSORES: Luana
PÚBLICO ALVO: Estudantes do 8º e 9º ano
JUSTIFICATIVA: A partir de um panorama histórico o projeto possui como um de seus objetivos trazer para o centro das discussões as diferentes teatralidades brasileiras, ampliando o diálogo sobre estética, atuação e encenação. Guiando a um cunho teórico-prático os exercícios propostos prezam pela autopercepção,

valorização do fazer coletivo e pelas várias possibilidades de pensar-ser-estar em cena.

OBJETIVOS:

Evidenciar os saberes e fazeres de grupos de teatro brasileiros;
Ampliar o repertório expressivo;
Reconhecer o fazer artístico como possibilidade de intervenção social;
Desenvolver técnicas para produção de escrita dramática e elaboração de cenas.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Pretende-se que a primeira parte dos encontros seja destinada a práticas de aquecimento vocal e corporal, seguidos de jogos dramáticos, teatrais e performáticos. Já a segunda etapa, será reservada para a apreciação de produções audiovisuais, construção de dramaturgia e montagem de cenas.

AValiação: Ao longo do processo.

22 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico do CEF 14 de Ceilândia é constantemente avaliado e atualizado pela Comissão Organizadora. Para tanto, será usada a Semana Pedagógica, que acontece no início de todo ano letivo, sendo um espaço privilegiado para que os professores e demais profissionais da Educação possam conhecer, realizar apontamentos, sugestões, acréscimos e supressões no Projeto Político Pedagógico.

Nos últimos anos a Secretaria de Educação do Distrito Federal, por meio da SUBEB e UNIEB's têm disponibilizado material de apoio específico para esse fim.

No decorrer do ano, temos os Dias Letivos Temáticos para que os demais segmentos da comunidade escolar também possam avaliar o documento, bem como outros momentos de reuniões com a Comunidade Escolar.

O fortalecimento e atuação do Conselho Escolar pode ajudar a tornar o Projeto Político Pedagógico da Escola uma realidade, bem como o desenvolvimento de práticas mais efetivas de Avaliação Institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, Safira Bezerra. *Os Incansáveis: Movimento Popular de Brasília* - Caderno Práxis. Vol. IV. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília. Ministério da Educação. INEP. Brasília, 2006. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/53007352>.

_____. Lei nº 9.394/1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

DISTRITO FEDERAL-. *Pesquisa por Amostra de Domicílios - Ceilândia*, SEPLAG/ CODEPLAN. Brasília, 2015.

_____. SEEDF. *Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*. Brasília - DF, 2015.

_____. SEEDF. *Diretrizes de Avaliação Educacional*. Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala: 2014/2016. SEEDF. Brasília, 2014.

_____. SEEDF. *Orientações Pedagógicas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede Pública de Ensino do DF* (artigo 26-a da LDB). Brasília: SEEDF. Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Educação em Diversidade, 2012.

_____. *Lei 4.751 de 07 de fevereiro de 2012*. Dispõe sobre Gestão Democrática nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. Brasília, 2012.

_____. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos*. SEEDF. Brasília, 2014.

_____. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental- Anos Finais*. SEEDF. Brasília, 2014.

_____. *Currículo em Movimento do Distrito Federal : Ensino Fundamental- Anos Iniciais e Anos Finais*. 2ª Edição. SEEDF. Brasília, 2018.

_____. *Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota*, SEEDF. Brasília, 2012.

_____. *Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do Terceiro Ciclo para As Aprendizagens*. SEEDF. Brasília, 2014.

_____. *Orientação Pedagógica*. Projeto Político - Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas. SEEDF. Brasília, 2014.

_____. *Orientação Pedagógica - Educação Especial*. SEEDF. Brasília, 2010.

_____. Programa Para avanço das Aprendizagens Escolares - PAAE. SEEDF. Brasília,

2016.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a Escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991. TORO, J. B. Transformações na educação e códigos da modernidade. IN: Dois Pontos N. 27. Belo Horizonte: Pitagorás, 1996.

Reportagem: *Região administrativa do DF é o berço do rap nacional* - Distrito Federal

-R7. Disponível em: <http://noticias.r7.com/distrito-federal/noticias/regiao/administrativa-do-df-e-berco-do-rap-nacional-2012.1209.html>. Acessado em 25/06/2018 às 17:32.

APÊNDICE

ESTRUTURA DE PROJETO INTEGRADOR

IDENTIFICAÇÃO	
Unidade Escolar: Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia	
Título do Projeto: Adole-SER +Vida	
Etapas: 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (Anos Finais)	Total de estudantes envolvidos: 761*
Áreas de conhecimento: Educação em e para os direitos humanos	
Equipe responsável: OE, Direção, Coordenação e professores conselheiros	

JUSTIFICATIVA
<p>O projeto surgiu a partir do “Guia de Valorização da Vida - Orientações e prevenção ao (cyber)bullying, automutilação e suicídio na escola” ao afirmar que “tem como objetivo promover um debate com os(as) profissionais da Educação para além de uma ótica remediativa e punitiva, visando refletir as formas de trabalhar, de maneira preventiva, no cotidiano da escola, alinhando propostas de ações que contribuam para a formação e para o desenvolvimento integral dos(as) estudantes, famílias e profissionais da educação”. Assim sendo, tendo como foco principal ações de valorização à vida como estratégia de atuação da Orientação Educacional.</p>
PROBLEMATIZAÇÃO
<p>Os estudantes poderiam por meio do desenvolvimento de competências como empatia, respeito, protagonismo, responsabilidade, colaboração e cidadania; também desenvolver um ambiente de boa convivência escolar, a construção de uma cultura de paz e o respeito à coletividade e à individualidade de cada membro da comunidade escolar?</p>

OBJETIVOS	
GERAL:	Promover a conscientização e a valorização da vida entre os estudantes da escola, abordando temas como cultura de paz, prevenção do (cyber)bullying, automutilação e suicídio.
ESPECÍFICOS:	<ol style="list-style-type: none">1. Educar os estudantes para a prevenção e sobre os sinais de alerta de bullying, automutilação e comportamento suicida.2. Fornecer estratégias para combater o bullying e promover um ambiente escolar seguro e acolhedor.3. Incentivar a empatia, o respeito e a solidariedade entre os estudantes.4. Capacitar os estudantes para buscar ajuda profissional adequada quando enfrentarem problemas relacionados à saúde mental.5. Promover por meio de ações de valorização à vida a boa convivência escolar e a construção de uma cultura de paz, considerando a escola como espaço de respeito à diversidade e às práticas inclusivas, fortalecendo a escuta, o diálogo e o protagonismo estudantil.

CONTEÚDOS

- Valorização da Vida;
- Saúde mental;
- Adolescência;
- *Bullying e cyberbullying*;
- Automutilação;
- Suicídio;
- Empatia;
- Respeito;
- Protagonismo estudantil; Responsabilidade;
- Colaboração;
- Cidadania
- Convivência escolar;
- Cultura de paz nas escolas;
- Inclusão;
- Gênero e diversidade
- Intolerância religiosa;
- Relações raciais;
- Desigualdades sociais;
- Rede de apoio, rede externa e rede de proteção.



**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO
DISTRITO FEDERAL**

SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Diretoria de Serviços e Projetos Especiais de Ensino

Gerência de Orientação Educacional



PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional:	Dalva Izidia Gomes Vieira	Matrícula:	242963- 2	Turno:	DIURNO
Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional:	William Resende de Faria	Matrícula:	243782- 1	Turno:	DIURNO

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

METAS:

- 1. Cumprimento das diretrizes estabelecidas na Orientação Pedagógica da Orientação Educacional:**
 - 1.1 Metas, Estratégias e Procedimentos do Eixo de Implantação da Orientação Educacional.**
 - A. Estruturação do espaço físico;**
 - B. Organização dos instrumentos de registros;**
 - C. Promoção da identidade do trabalho da Orientação Educacional;**
 - 1.2 Metas, Estratégias e Procedimentos do Eixo de Ações Institucionais da Orientação Educacional.**
 - A. Análise da realidade;**
 - B. Planejamento Coletivo;**
 - C. Intervenção e acompanhamento;**
 - 1.3 Metas, Estratégias e Procedimentos das Ações junto aos Professores**
 - A. Apoio Pedagógico Individual;**
 - B. Ação Pedagógica no coletivo;**
 - 1.4 Metas, Estratégias e Procedimentos das Ações junto aos Estudantes**
 - A. Ações Educativas Individuais;**
 - B. Ações Educativas no Coletivo;**
 - 1.5 Metas, Estratégias e Procedimentos das Ações Junto às Famílias**
 - A. Integração família escola;**
 - B. Atenção pedagógica individualizada;**
 - 1.6 Rede de Proteção Social e Rede Interna.**
- 2. Combater a evasão escolar por meio do acompanhamento de frequência;**
- 3. Estimular o protagonismo estudantil na unidade escolar;**
- 4. Promover a Valorização da Vida por meio de ações do Projeto Adole-SER +Vida;**
- 5. Fomentar os espaços de Coordenação Coletiva e Conselho de Classe como ambiente coletivo de Orientação Educacional;**
- 6. Facilitar o processo de transição entre as etapas.**

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Ed. Cidadania DH	Ed. Diversidad.	Ed. Sustent.			
Implantação da OE	x	x	x	Organização da sala e dos documentos necessários para o trabalho na Orientação Educacional.	Implantação da Orientação Educacional.	Março.
				Cumprimento das diretrizes estabelecidas na Orientação Pedagógica da Orientação Educacional.	Implantação da Orientação Educacional, Ações institucionais, Ações junto aos Professores, Ações junto aos estudantes, ações junto à família, ações em rede.	Durante todo o ano letivo.
				Estimular e incentivar os espaços de Coordenação Coletiva como ambiente coletivo de orientação.	Implantação da Orientação Educacional, Ações institucionais, Ações junto aos Professores	Durante todo o ano letivo.

Projeto Adole-SER +Vida	x	x	x	Fomentar por meio de ações de valorização da vida o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	Implantação da Orientação Educacional, Ações institucionais, Ações junto aos Professores, Ações junto aos estudantes, ações junto à família, ações em rede.	Durante todo o ano letivo.
Combate à evasão escolar	x	x	x	Controle de frequência escolar dos estudantes faltosos e infrequentes conforme legislação vigente.	Ações junto aos estudantes. Ações junto às famílias.	Durante todo o ano letivo.
				Incentivo aos estudantes para se envolverem e participarem dos eventos e projetos organizados pela escola.	Ações junto aos estudantes. Ações junto às famílias.	Durante todo o ano letivo.

				Roda de Conversa sobre a importância dos estudos e intervenções coletivas nas dificuldades e desafios do processo de ensino e aprendizagem.	Ações junto aos estudantes e professores.	

Instrumentos de Avaliação e Indicadores de Resultados:

- 1. Reunião semanal de feedback entre os Orientadores Educacionais a partir das observações realizadas ao longo do ano;**
- 2. Acompanhamento da frequência escolar e encaminhamento dos casos ao Conselho Tutelar; Levantamento da participação dos estudantes a partir de instrumento(s) diagnóstico(s) levantado(s) pelo(a) Professor(a) Conselheiro(a) nas Coordenações Coletivas e nos Conselhos de Classe;**
- 3. Reuniões com Supervisão Escolar, Coordenação Pedagógica e/ou Direção Escolar sempre que houver necessidade;**
- 4. Conhecer, analisar e registrar as demandas que surgem nos espaços de Coordenação Coletiva para possíveis ações e/ou encaminhamentos que se fizerem necessários;**
- 5. Registro das ações coletivas em documento próprio da Orientação Educacional;**